



**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ**

**MAYSA NASCIMENTO GOMES DA SILVA**

**SEGURANÇA NACIONAL: A RETÓRICA DA SEGURANÇA  
NEOCONSERVADORA NORTE-AMERICANA DE 2001 ATÉ 2017**

**RECIFE – PE**

**2018**

**MAYSA NASCIMENTO GOMES DA SILVA**

**SEGURANÇA NACIONAL: A RETÓRICA DA SEGURANÇA  
NEOCONSERVADORA NORTE-AMERICANA DE 2001 ATÉ 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado pela aluna Maysa Nascimento Gomes da Silva do Curso de Relações Internacionais, da Faculdade Damas da Instrução Cristã.

**Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Santiago da Silva.**

**RECIFE - PE**

**2018**

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB/4/2116

S586s Silva, Maysa Nascimento Gomes da.  
Segurança nacional: a retórica da segurança neoconservadora  
Norte-Americana de 2001 até 2017 / Maysa Nascimento Gomes da  
Silva. – Recife, 2018.  
58f.: il. color.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Santiago da Silva.  
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações  
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2018.  
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Segurança nacional. 3. Segurança  
internacional. 4. Estados Unidos. 5. Cenário Internacional. 6.  
Inteligência. 7. Soberania. 8. Política externa. I. Silva, Rodrigo  
Santiago da. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2019-210)

**MAYSA NASCIMENTO GOMES DA SILVA**

**SEGURANÇA NACIONAL: A RETÓRICA DA SEGURANÇA  
NEOCONSERVADORA NORTE-AMERICANA DE 2001 ATÉ 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado pela aluna Maysa Nascimento Gomes da Silva do Curso de Relações Internacionais, da Faculdade Damas da Instrução Cristã.

**Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Santiago da Silva.**

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Orientador: Rodrigo Santiago da Silva  
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

---

Prof. Dr. Examinador: Antônio Henrique Lucena Silva  
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

---

Prof. Dr. Examinador: Elton Gomes dos Reis  
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

## Agradecimentos

À minha mãe e minha irmã, que são as pessoas que mais me apoiam no mundo, e sobretudo à minha matriarca que sempre financiou o meu estudo, sendo o que ela mais preza para meu futuro, baseado em sua história e sua profissão de professora.

Aos meus avós que sempre fizeram tudo pela família, em memória da minha avó que passou todo seu conhecimento e força de vontade para minha mãe, que ela passou em diante então, para mim e minha irmã.

Ao PEMUM (*Pernambuco Model United Nations*) que me abriu espaço para aprofundar conhecimento sobre espionagem e segurança internacional, auxiliando-os como diretora em seu primeiro evento.

Ao meu companheiro que me incentivou e me ajudou durante o percurso acadêmico, provou ser o meu melhor amigo, por quem sempre torce por mim, especialmente nos momentos em que me ouviu e nunca me deixou desistir em qualquer pedra no caminho.

Ao meu orientador que teve uma incrível paciência neste semestre em me indicar o caminho correto para essa finalização de curso.

Aos professores da Faculdade Damas que, com suas orientações ao longo do processo acadêmico, me permitiu ser a pessoa conscientizada e politizada ao qual hoje me tornei.

Aos amigos e colegas que formei ao longo do tempo acadêmico, no qual me deram suporte em momentos necessários e ajudaram, tanto pessoalmente quanto academicamente.

Às minhas amigas de tempo do colégio que nunca deixaram de estar ao meu lado, lutam por um mundo igualitário ao meu lado, tem uma força feminina fenomenal e me ensinaram que nós somos capazes de tudo sem precisar desistir de nada, e especialmente me deram total força para essa jornada de conclusão de curso.

Ao meu cachorro, que provou ser meu maior fiel companheiro desde sua chegada e, de sua particular maneira, me deu seu apoio.

*“When the world is united in the search for knowledge, and no longer struggling for money and power, then our society can finally evolve to a new level”.*

Thomas Jefferson (1776).

# SEGURANÇA NACIONAL: A RETÓRICA DA SEGURANÇA NEOCONSERVADORA NORTE-AMERICANA DE 2001 ATÉ 2017

Maysa Nascimento Gomes da Silva<sup>1</sup>

## Resumo

A segurança nacional é o setor que os países mais prezam em sua política, tanto no setor doméstico quanto no cenário internacional. No âmbito internacional, os Estados Unidos têm seu poder baseado em uma estrutura bastante estabilizada, tanto em sua economia quanto em influência de costumes e políticas. Este trabalho busca um entendimento em Estudos de Segurança Internacional, focando no país mencionado, assim como sua evolução teórica do conceito de segurança e política a partir da teoria neoconservadora. A delimitação temporal para entender, além do contexto histórico, é a partir do ano de 2001, no qual inicia o governo de George W. Bush (2000-2007), que após o acontecimento do 11 de setembro, tem como marco a política da “Guerra ao Terror”, sem medir esforços para sua securitização nacional. Surgindo assim, uma onda regionalista, e mobilização internacional contra o terrorismo; a passagem temporal se dá até o governo de Barack H. Obama (2008-2017), no qual será estudado como se desenvolveu sua política doméstica e exterior, como modelo de continuação da política herdada pelo Presidente anterior. Serão estudadas as alternativas de ação política para sustentar o contexto de império americano sob os outros Estados, desafiando o cenário internacional – com a justificativa de controle estatal para fins de segurança. É vislumbrado, também, um reajuste na agenda de segurança internacional, emparelhada à intensificação de integração a partir de novos métodos modernos, além de haver o questionamento de distribuição assimétrica de poder no sistema internacional. Simultaneamente, é observado uma forte interação e cooperação entre os serviços de inteligência dos Estados Unidos junto à países aliados, adequando, dessa maneira, o viés de segurança nacional aos temas atuais advindas da modernidade, nova realidade global.

Palavras-Chave: Segurança Nacional. Segurança Internacional. Estados Unidos. Cenário Internacional. Inteligência. Soberania. Política Externa.

---

<sup>1</sup> Concluinte do curso de Relações Internacionais.

## **Abstract**

National security is the sector that countries most value in their policies, both in the domestic sector and in the international arena. At the international level, the United States has the power based on a stable structure, both in economy and in the influence of customs and policies. This work seeks an understanding in International Security Studies, focusing on the mentioned country, as well as its theoretical evolution of the concept of security and politics from the neoconservative theory. The temporal delimitation to understand, besides the historical context, is from the year of 2001, in which initiates the government of George W. Bush (2000-2007), that after the event of the 11 of September, it has like landmark the politics of the "War on Terror", without measuring efforts for its national securitization. Thus, a regionalist wave, and international mobilization against terrorism; the passing of time occurs until the government of Barack Obama (2008-2017), which will be studied how he developed his domestic and foreign policy, as a model of continuation of the policy inherited by the previous President. The alternatives of political action will sustain the context of American empire under other states, challenging the international scenario - with the justification of state control for security purposes. It is also seen a readjustment in the agenda of international security, coupled with the intensification of integration from new modern methods, in addition to the questioning of asymmetric distribution of power in the international system. At the same time, there is a strong interaction and cooperation between the US intelligence services in the allied countries, thus adapting the national security bias to the current issues arising from modernity, a new global reality.

Keys-Words: National Security. International Security. United States. International Scenario. Intelligence. Sovereignty. External Politics.



## **LISTA DE SIGLAS**

DHS - United States Department of Homeland Security.

DOD - Dictionary of Military and Associated Terms.

EUA – Estados Unidos da América.

FISA - Lei de Vigilância de Inteligência Estrangeira.

NSA – National Security Agency.

NSCT - National strategy for Combating Terrorism.

NSS – National Strategy Security.

ONU- Organização das Nações Unidas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPITULO I .....</b>	<b>11</b>
<b>1. MUDANÇA DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA PÓS 2001 – GOVERNO     GEORGE W. BUSH ATÉ 2017 – GOVERNO BARACK H. OBAMA .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>20</b>
<b>2. TEORIA NEOCONSERVADORA NOS ESTADOS UNIDOS .....</b>	<b>20</b>
2.1 A TEORIA NEOCONSERVADORA .....	20
2.2 CARACTERÍSTICAS DO NEOCONSERVADORISMO .....	22
2.3 O NEOCONSERVADORISMO E O GOVERNO BUSH (2001 – 2007) .....	24
2.4 O NEOCONSERVADORISMO E O GOVERNO OBAMA (2008 – 2017) .....	26
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>30</b>
<b>3. EFEITOS DA RETÓRICA DE SEGURANÇA NACIONAL SOBRE O ESTADO     NORTE-AMERICANO .....</b>	<b>30</b>
3.1 O CONTEXTO DE ESTRATÉGIAS EM SEGURANÇA .....	30
3.2 A ESTRATÉGIA DE DOMÍNIO DE INFORMAÇÃO .....	31
3.3 ESTRATÉGIAS DE REDES DE INTELIGÊNCIA.....	34
3.4 ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA NACIONAL INTELIGENTE NO GOVERNO DE GEORGE W. BUSH .....	36
3.5 ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA NACIONAL INTELIGENTE NO GOVERNO DE BARACK H. OBAMA .....	38
3.6 CONCEITO DE DEMOCRACIA DOS ESTADOS UNIDOS ENTRE OS GOVERNOS.....	40
3.7 O CENÁRIO INTERNACIONAL .....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>48</b>

## INTRODUÇÃO

A (in) segurança nacional é um dos, se não for o primeiro item essencial que o líder regional reflete e prioriza em sua governabilidade (BUZAN, 1984). Os Estados Unidos, como potência global desde II Guerra Mundial, procuraram, desde o fato histórico, sempre inovar em sua Segurança Nacional principalmente em questão de artifícios modernos e militares.

Desde os anos 60, com a ideia de poderio de império dos Estados Unidos sob os outros países, começou a ser adotado o modelo de neoconservadorismo. Modelo este, que junta o método conservador de modo de agir e pensar, no modo social e no modo de ações preventivas no cenário internacional. Segundo o teórico Mauad, é baseado através de um estilo de vida baseado em bons costumes, rejeitando os valores que tenham associação ao iluminismo liberal. Entretanto, buscando sempre inovar seus artifícios a serem utilizados em seus métodos em segurança.

Ademais, no ponto de vista da governabilidade dos Estados Unidos, país que terá foco no trabalho, este fato facilita sua política externa como fonte de estar um passo à frente aos seus oponentes - desde tempos de guerras, até na contemporaneidade. Houve, também, a evolução nas relações internacionais desde a teoria idealista, onde visto que relações amistosas entre países evitariam as Guerras Mundiais, variando, deste modo, ações realizadas no cenário doméstico e externo. Estes feitos levam à pergunta de como esta teoria/ modo de governo dos Estados Unidos se moldou no país, enraizando e sendo tão forte após décadas e mudança de partidos na Casa Branca, como do ex-Presidente Bush para o ex-Presidente Obama.

Contudo, com o acontecimento do 11 de setembro de 2001, no qual houve o ataque do Al-Qaeda contra o *World Trade Center*, em Nova Iorque, nos Estados Unidos, há o início da política externa do país intitulado “Guerra ao Terror”. Política advinda da ideologia do neoconservadorismo. A nova direção política surge como justificativa para que se tenha legitimidade em seu extremo uso, e de ser consentido para a população seus atos. Este ato consiste numa troca de perda da privacidade – até onde é divulgado para conhecimento geral, em prol de segurança e aniquilamento de terrorismo em seu território e em território dos outros Estados, ao constar um zelo pela Paz mundial.

Com base nesta sua política externa e garantia de sua segurança nacional, os Estados Unidos utilizavam modos até então desconhecidos, apenas de conhecimento generalizado de

que sua Inteligência e métodos militares é fortificada e consolidada. Todavia, foi visto que o sistema de vigilância no país são muito mais do que o governo sugere. Os programas de vigilância utilizados vão mais afundo na busca de dados, não ocorrendo somente de estrangeiros em suas barreiras, como também em seus nativos.

A proporção destas informações pôs, então, em pauta que talvez sua vigilância busca além da segurança nacional, para então seu controle sobre civis internos, externos e inclusive líderes mundiais também afetados. O que acabou por ocasionar, como consequência, em mudanças na agenda de segurança e espionagem internacional.

A pauta desestabilizou por um tempo no território americano, no qual os cidadãos americanos questionaram a democracia interna, entretanto cobrando posicionamento governamental em relação com a segurança nacional. O que revelou uma margem de estratégia para o governo conseguir relacionar os dois assuntos, em que para ter segurança talvez seja de necessidade abdicar da privacidade para fim do objetivo, porém este acordo acaba ocorrendo de forma implícita.

Para conseguir entender esta situação, faz-se necessária o entendimento da trajetória da política externa dos Estados Unidos durante o governo Bush (2001-2009), no qual teve o acontecimento do 11 de setembro, havendo a preocupação rígida de mudança de política de segurança interna e externa; até o governo Obama (2009-2017), no qual foi uma mudança de partido político, que resulta na necessidade de analisar seus métodos de segurança nacional junto aos métodos utilizados para a segurança externa do país em prol do Estado diante de sua posição de importância nas relações internacionais. Entende, então, desta forma, a Teoria Neoconservadora e sua ótica tradicional de segurança relacionando aos métodos modernos, mostrando a consolidação e o quão forte a ideologia é presente no país em questão.

## **1. CAPÍTULO I: MUDANÇA DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA PÓS 2001 – GOVERNO GEORGE W. BUSH ATÉ 2017 – GOVERNO BARACK H. OBAMA.**

Neste capítulo, será abordado a política externa do governo de George W. Bush (2001-2004), no qual sua base fundamentou-se no neoconservadorismo, também será analisado o governo de Barack Obama (2009-2017), e sua relação com a política neoconservadora estabelecida no período anterior. Será demonstrado, então, a mudança no termo Terrorismo para Washington e sua mudança na segurança a partir deste fato até a contemporaneidade.

Passados dezessete anos após o atentado terrorista do 11 de Setembro de 2001, em que o grupo terrorista Al Qaeda sequestrou aviões civis e os chocou contra o World Trade Center em Nova Iorque, nos Estados Unidos, é, enfim, possível analisar o efeito que este feito acarretou na agenda de segurança internacional. As consequências que se deram tanto nas bases terroristas, havendo inclusive movimentação internacional pela busca de seu extermínio; quanto na segurança dos Estados.

George W. Bush, durante sua governabilidade, comandou os Estados Unidos inserido na ideologia do neoconservadorismo. Recebeu de forma intensa uma crescente força, encontrando impulso na formulação do discurso da política do país. Pela força consistente desta ideologia durante este período, e também pela influência que se deu na política externa nos anos decorrentes ao 11 de Setembro, torna-se importante e necessário esboçar o papel do pensamento neoconservador na política de segurança dos Estados Unidos desde então.

A ideologia neoconservadora surgiu nos anos 1960, mas tem suas bases em correntes ideológicas anteriores. Para Kagan (2008, p.24):

As tendências associadas atualmente com o neoconservadorismo estão mais profundamente enraizadas nas tradições americanas do que os críticos gostariam de admitir, o que significa que não serão tão facilmente arrancadas, mesmo com a chegada da eleição presidencial.

A partir dos anos 1960, intelectuais norte-americanos começaram a se identificar e denominaram-se neoconservadores – ou neocons, um diminutivo para tal (BLOCH, 1997, p. 49). Esta ideologia consiste em um discurso, pensamentos, opiniões e crenças sobre o que é uma boa sociedade, o que é um bom governo para reger e como alcançar estes feitos. Segundo

Bloch, Por outro lado, ela também tem sido caracterizada pela sua história e pelo seu método de agir, os quais, se dividem nas opiniões públicas e governamentais.

Baseados, sobretudo, na forte influência do filósofo político Leo Strauss, os “fundadores” desta corrente política, como Sidney Hook e Mary McCarthy se engajaram em institutos de pesquisas políticas, conhecidos como *think-tanks*<sup>2</sup>.

Após a ruptura do bloco soviético, os neocons se empenharam em valorizar a família e denunciar a cultura liberal, se aproximando, deste modo, da direita religiosa cristã (BLOCH, 1997, p. 65). Para Kristol (1983, p. 44), um intenso analista neoconservador, a principal tarefa deste grupo ideológico seria:

A tarefa histórica e o propósito político do neoconservadorismo seria este: converter o Partido Republicano, e o conservadorismo americano em geral, ainda que contra as respectivas vontades (internas do partido), dentro de um novo tipo de política conservadora adequada para o governo de uma democracia moderna.

O objetivo do grupo, baseado em ideias de conservadorismo apropriadas para a governança de uma moderna democracia, interfere no campo das relações internacionais. O curioso é ver que não há uma fundamental preocupação sobre questões internacionais, mas que as ideias sobre os assuntos em questão são as mesmas entre os intelectuais neoconservadores que ocuparam funções importantes no governo George W. Bush.

O autor ainda indaga que, para ele, seriam algumas das vantagens da corrente neoconservadora a respeito da inserção internacional dos Estados Unidos:

Uma pequena nação pode sentir adequadamente que o seu interesse nacional começa e termina em suas fronteiras, de modo que a sua política externa é quase sempre defensiva. Uma grande nação tem interesses mais amplos. E grandes nações, cuja identidade é ideológica, como a União Soviética do passado e os Estados Unidos de hoje, têm, inevitavelmente, interesses ideológicos, além de preocupações mais materiais. Com exceção de situações extraordinárias, os Estados Unidos sempre se sentirão obrigados a defender, se possível, uma nação democrática sob ataque de forças não democráticas, sejam elas externas ou internas.

---

<sup>2</sup> *Think tanks* são instituições que se dedicam a produzir e aprofundar informações sobre temas específicos. Seus objetivos são influenciar ideias na sociedade e decisões na política.

É possível identificar tanto em seu discurso, quanto nas ideias dos outros neocons, o pensamento de que os Estados Unidos é o “escolhido” para liderar a nação mundial.

É evidente, então, após o 11 de Setembro, a influência desta base para a escolha de cargos de alto nível na política externa. Fato este que não causou apenas impacto internacionalmente, como também na política doméstica, ao dividir opiniões como o então diretor da Agência Central de Inteligência (CIA), George Tenet; e o ex-secretário de Estado (MITCHELL, 2005, p. 196).

No âmbito da segurança nacional, a linha que o governo de Bush seguiu foi a abordagem descentralizada (Mitchell, 2005, p. 193) dando espaço para que houvesse uma forte atuação dos neocons. Em um ambiente de guerra, era reforçada a importância de uma estratégia agressiva, priorizando, acima de tudo, o uso das forças especiais (WEINBERG e EUBANK, 2007, p. 163) e confrontos armados, como foi possível perceber a partir de pesadas investidas no Oriente Médio na política da “Guerra ao Terror”. Pois para os neocons, “os ideais americanos definem o propósito americano que, por sua vez, é apenas atingido pela superioridade do poder americano” (BACEVICH, 2005, p. 75).

Mohamedi e Alkadiri (2002, p. 224) notaram que a influência desta ideologia na política exterior dos Estados Unidos viria a permanecer. Fato este corroborado pelo governo de Barack Obama (2009-2017), em que a base na qual permaneceu foi do uso da abordagem militar no combate ao terrorismo, ideia consideravelmente presente nos documentos oficiais da Casa Branca divulgados no pós-11 de setembro.

O termo Terrorismo é algo, que de certa forma, nunca foi instituído um conceito universalmente aceito.<sup>3</sup> O que, conseqüentemente, reflete num desafio para cada país institucionalizar ações que se julguem dentro do contexto. Entretanto, o terrorismo se encaixa em várias formas analisadas, partindo do princípio em que o terrorismo “é apenas mais uma ameaça, seja ele externo ou interno” (RUDZIT, 2005, p. 319).

O Departamento de Defesa de Washington (2007, p.29), define terrorismo como:

O uso calculado ilegítimo da violência ou a ameaça ilegítima de violência para inculcar medo ou que pretenda coagir ou

---

<sup>3</sup> Gunther Rudzit (O debate teórico em segurança internacional, 2005).

pressionar governos ou sociedades na persecução de objetivos que são geralmente políticos, religiosos ou ideológicos.

A declaração, no entanto, deixa ampla a definição do que é coação ou intimidação, resultando na subjetividade. O que pode insinuar para os Estados Unidos uma imposição, pode não parecer aos olhos de outro Estado como tal feito, o que ocasiona uma fragilidade no termo não bem-conceituado universalmente.

Todavia, independentemente da falta de clareza do conceito de terrorismo, as agências governamentais dos Estados Unidos atuaram baseado em uma intensa reestruturação organizacional e estratégica em face a nova ameaça surgida.

Nos documentos da Casa Branca é notável que a principal ameaça de combate dos Estados Unidos, após o 11 de setembro, se dá o combate ao terrorismo. O presidente George W. Bush declarou,<sup>4</sup> dias após o atentado, que: *“Every nation in every region now has a decision to make. Either you are with us, or you are with the terrorists”*<sup>5</sup>.

Quem tem o poder de começar uma acusação de terrorismo, que algo está ameaçado de certa forma e precisa ser securitizado, é sempre o agente securitizador, visualizada do ponto de vista do “eu” sendo atacado pelo “outro”, onde o “eu” representa o bem, e o “outro”, o mal (LAPSKY, 2015, p 68).

Ao acusar, ou rotular uma nação ou região como terrorista – ou apoiadora do terrorismo – acarreta um caráter pejorativo. Acarreta, principalmente, o fato de que certas nações e/ou regiões passam a ser notadas como territórios com grupos e indivíduos capazes de utilizar instrumentos violentos de afirmação do poder e que, portanto, merecem ser punidas por aqueles que estão “do lado do bem”. Segundo Morgenthau (1948, p.55), importante ressaltar que promove, também, a ideia de que se um país/região possui algum grupo terrorista em seu território, acaba significando que sua governabilidade não tem estrutura forte o bastante para paralisar esta célula.

O aprimoramento de técnicas para securitização foi realizado, então, de modo urgente para que consiga permanecer no poder de informações, tanto internamente quanto externamente do seu território. Mais que isso, foi colocado que o objetivo central seria a de combater de

---

<sup>4</sup> Disponível em: < [http://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress\\_092001.html?noredirect=on](http://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html?noredirect=on) > Acessado em:

<sup>5</sup> “Toda nação em toda a região agora tem uma decisão a tomar. Ou você está com os Estados Unidos, ou está do lado dos terroristas” (Tradução livre da autora).



maneira direta o terrorismo em todas as regiões do globo. Para isso, foi contextualizado de que grupos tidos como extremistas, de origens principalmente em países do Oriente Médio – como Iraque –, seriam os principais adversários dos norte-americanos.

Para complementar, a *NSCT (National strategy for Combating Terrorism)*, em 2003 adicionou o discurso ao diluir, adicionalmente, a razão da ameaça terrorista, concebida como uma ocorrência estruturada e dependente de uma série de variáveis para seu sucesso. Em seu olhar, compreende-se que a pobreza, a corrupção e os conflitos religiosos e étnicos são condições subjacentes que proporcionam a ação de grupos terroristas. Surgiu, desde então, a convicção de que tais circunstâncias suscita a consolidação do terrorismo (*United States*, 2003, p. 6).

Harvey (2004, p.138), autor de linha marxista, vai entender este momento como um rearranjo espaço-temporal, onde os EUA estariam utilizando um imperialismo com a força militar e uma política de mudança de regime - do ditatorial para a democracia liberal ocidental.

A *NSS*, assim, levantou o conceito de guerra preventiva como uma ferramenta legítima na Guerra ao Terror. Este conceito se consolidou na doutrina Bush e previa o ataque de um inimigo antes que este tivesse possibilidade de atacá-lo. Visando, objetivamente, evitar um ataque contra seu território por parte de um país inimigo, no caso os países em que se encontravam em guerra no momento, o Iraque.

No entanto, o governo americano, posteriormente, indagou que adicionariam ações como a integração da inteligência e a avaliação das ameaças com os países aliados (*United States*, 2002, p. 15). Todavia, na prática, o que marcou a política de segurança dos Estados Unidos no pós-11 de setembro foi a tática da guerra preventiva, fato também colocado nos ataques com drones nos últimos anos.

Essa abordagem trouxe consequências graves para segurança internacional, por conta de sua concepção acerca do direito internacional (GUPTA, 2008, p. 188). Isto ocorrer sem a vistoria de organismos internacionais, seria como uma imposição da força militar sobre as normas internacionais. Ainda teria o caso do que seria justificável para um ataque, implicando em uma estratégia desestabilizadora em diversos lugares.

Nye (2002, p. 89), argumenta que apesar de os EUA atingirem um status de poder global nunca visto antes, também é preciso pensar em uma política externa que não seja somente

baseada no *hard power*<sup>6</sup>, que apenas perpetuam a visão dos Estados Unidos como os que “querem governar o globo”. Que era essencial, então, preciso pensar no multilateralismo.

A *NSCT*, em 2006, manteve o terrorismo como topo da ameaça para os Estados Unidos, ressaltando a necessidade de cooperação contraterrorista. Além de destacar os sucessos da criação do Departamento de Segurança Interna (*DHS*); e o reforço da segurança doméstica.

A Estratégia nacional de defesa (*National defense strategy – NDS*), de 2008, publicado no fim do período do governo de Bush, rotulou o papel do Departamento de Defesa de defender o território, vencer as guerras e promover a segurança com estratégias de curto e longo prazo (*United States* 2008; 2006). Foi então visto a prioridade na defesa da democracia, afirmando que deveriam avançar em termos “da liberdade e da dignidade humana através de uma democracia efetiva” (*United States*, 2006, p. 9).

A transição do governo, de Bush (200-2004) para Obama (2009-2017), estabeleceu grandes expectativas sobre a nova política externa. Com a guerra do Iraque e a baixa popularidade do governo, os democratas conseguiram converter o cenário doméstico com a popularidade de Obama, onde destacava sua política na mudança e esperança de um novo rumo americano (REMINCK, 2011. s/p).

Entretanto, nos assuntos mais delicados, como a da economia e da segurança, houve uma continuação da política, contando com Robert Gates, como ainda o secretário de defesa (*White House*, 2009, s/p). Outro fato apontado é de que o então presidente, Obama, não retaliou gravemente os conservadores mostrou que sua governabilidade seria de tom neutro sem alfinetar os outros políticos já consolidados.

Uma política bastante observada durante a governabilidade Obama foi, então, a militar, onde em seu discurso em 2012, prometeu “continuar com a superioridade militar dos Estados Unidos”.<sup>7</sup> Ao analisar seu discurso, foi possível transparecer que o foco da política externa dos Estados Unidos seria a de extermínio do terrorismo global.

Para dar esta continuidade na política, antes de seu discurso, em 2010, foi possível ver através da *NSS*, que concluiu que prevenir atos terroristas exigia dos Estados Unidos “mobilizar toda a inteligência, a aplicabilidade da lei e capacidade de segurança interna” (*United States*,

---

<sup>6</sup> “Poder duro/ investida dura”.

<sup>7</sup> Entrevista detalhada e traduzida disponível em: < <https://exame.abril.com.br/mundo/obama-promete-manter-superioridade-militar-dos-estados-unidos-3/> >

2010, p. 20). Havendo, também, a preocupação em analisar os cenários internacionais para uma melhor consecução das estratégias de segurança, foi criado o *Interagency conflict assessment framework (ICAF)*, que tem como objetivo antecipar acontecimentos globais que afetem os Estados Unidos.

O *ICAF* busca, sobretudo, obter a percepção de ameaças e a análise de conflitos nos órgãos norte-americanos. Estas percepções construídas tem o objetivo de gerar políticas públicas mais eficazes, centralizadas nos atores e seus padrões. Mesmo que o objetivo seja ter um conjunto de ação entre as agências governamentais, que são envolvidas com a política de segurança do país, as mudanças na formulação das políticas foram bastante impactantes na estruturação de cada uma.

Na mudança de ameaça em um país, como a saída de *Low Politics*, - como narcotráfico, criminalidade organizada – para o *High Politics*, podendo haver um atentado de alto risco em seu território, há a necessidade de transformação drástica na política externa e sua abordagem. Por isso a exigência na reflexão interna para respostas organizacionais altamente eficientes, que prevenissem novas ações de grande impacto em uma potência global.

Houve, também, outra grande reformulação, agora no Poder Executivo, dando espaço para a criação do *DHS (Department of Homeland Security)* – Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos. Partindo do princípio que a segurança interna é como “um esforço nacional para prevenção de ataques terroristas nos Estados Unidos, reduzindo, então, sua vulnerabilidade dos Estados Unidos ao terrorismo, minimizar os danos e recuperar-se de ataques que possam ocorrer” (*United States*, 2010, p. 3), foi afirmado que prevenir ataques terroristas era a função total do *DHS*. Além do trabalho operacional do *DHS*, a coleta de informação por parte dos serviços de inteligência era um ponto que prezava atenção.

Há uma teoria, levantada por Lawrence Wright (2007), de que o ataque do 11 de setembro poderia ser evitado pela CIA e pelo FBI. Entretanto, há uma dificuldade destes órgãos cooperarem entre si, o que impactou na contenção dos ataques. Tal dificuldade chega a nível de disputas burocráticas, sobre a importância de cada órgão, à sobreposição de funções e a competição por recursos do governo federal.

Neste contexto, o governo de Obama implicou uma mudança no setor de inteligência. Ocorrendo, deste modo, o estabelecimento do Centro Nacional de Contraterrorismo (*National Counterterrorism Center – NTC*), com o objetivo de construir uma base de dados comum e

melhorar a análise e a coordenação de operações contra o terror (Weinberg e Eubank, 2007, p. 167).

Todas essas mudanças no setor de inteligência começaram após a Lei sobre a Reforma da Inteligência e a Prevenção do Terrorismo (*Intelligence Reform and Terrorism Prevention Act – IRTPA*), em 2004. Esta lei também criou o Conselho de Fiscalização da Privacidade e Liberdades Civas (*Privacy and Civil Liberties Oversight Board – PCLOB*), com a função de evitar que os civis sofressem violações de privacidade em função da Guerra ao Terror.

Ainda que os Departamentos de Estado e de Defesa fossem os principais órgãos nas estratégias de combate ao terror, o 11 de setembro contribuiu na consolidação contínua do setor militar. A doutrina de guerra preventiva, citada anteriormente, contribuiu para a militarização da política externa, em sobreposição de uma abordagem mais diplomática, mesmo que no governo Obama venha a privilegiar a diplomacia, é visto que a supremacia militar é fortemente enraizada nos termos ideológicos americano.

O pós-11 de setembro foi quando houve o estopim para possibilitar a modernização das Forças Armadas e da política externa. Para haver a captura de membros de grupos terroristas precisariam se basear em excelentes informações de inteligência e forte consolidação em novas tecnologias, sobretudo com uma nova geração de mísseis e os drones. Com essa nova estrutura, a estrutura do Departamento de Defesa ganhou complexidade e força na arquitetura governamental, obtendo a admiração e temor mundial.

Mesmo que a Guerra ao Terror seja questionável eticamente, ela exigiu do Estado norte-americano uma forte reestruturação no campo institucional. Desta forma, o fortalecimento do Estado foi atingido por causa de um ato historicamente fatídico, levantado principalmente com a defesa dos valores democráticos.

A importância dessa centralidade no debate é o fato de que o governo americano no período analisado, passando de um partido político para outro, se atém às mudanças nas políticas externas e de defesa no combate ao terrorismo internacional, baseando-se numa mesma linha ideológica. O que acarretou num grande impacto das políticas de segurança no mundo todo.

Sendo colocado como comprovado que as células terroristas, ligadas ou não à Al Qaeda – autora do atentado do 11 de setembro, estão atuando em diversos países desenvolvidos, principalmente em recrutamento digital. Fato que, por consequência, fez com que os governos

desses países, principalmente os Estados Unidos – que focalizou sua securitização em combate ao terrorismo, como colocado anteriormente - dessem então maior atenção às ameaças vindas de dentro do seu próprio território.

Por consequência destes fatos, hoje, tanto os países desenvolvidos, quanto os em desenvolvimento, têm que levar em consideração ameaças originadas dentro do seu próprio território, acompanhando a nova agenda de segurança internacional. O que leva a analisar então, no próximo capítulo, sobre a teoria neoconservadora em relação com a democracia dos Estados Unidos, onde é fortemente pressionada popularmente, em contrapartida da segurança do país.

## 2. CAPÍTULO II: TEORIA NEOCONSERVADORA NOS ESTADOS UNIDOS.

Neste capítulo será abordada a teoria neoconservadora, considerada a ideologia base dos Estados Unidos<sup>8</sup>, na qual são discorridos os aspectos da mesma em questão tanto de sua política doméstica, quanto a externa. Como de fato essa ideologia molda os temas internos e como ela é do ponto de vista dos teóricos e seus contrariantes.

### 2.1 A TEORIA NEOCONSERVADORA

O neoconservadorismo é um termo criado em meados dos anos de 1950, a partir da ideia de Russell Kirk<sup>9</sup> (1953), que aborda a prerrogativa de que o termo nasceu a partir da Revolução Francesa. Ele apresenta o argumento sobre como os Estados Unidos e o Reino Unido, entre as grandes nações, escaparam de revoluções desde os anos de 1790, no qual parece ser atestado por seu conservadorismo, e sustenta este pensamento através das ideias de Burke<sup>10</sup> (1790).

Foi a partir do conservadorismo que nasceu o neoconservadorismo, que conta como principais pensadores o já então falado Russell Kirk, Irving Kristol<sup>11</sup>, Leo Strauss<sup>12</sup>, entre outros. O movimento ganha força por meados de 1970, nos Estados Unidos, a partir do financiamento dos Estados Unidos aos *think tanks*, no qual sua função, segundo Teixeira (2007), seria “Pautar o debate político por meio da publicação de estudos, artigos de opinião e da participação de seus membros na mídia”.<sup>13</sup>

O neoconservadorismo é considerado tanto uma ideologia quanto uma teoria, e de acordo com Mauad (2013), é baseada através de um estilo de vida baseado em bons costumes, rejeitando os valores que tenham associação ao iluminismo liberal, de governança tradicional, rodeado de crenças em prol do bem coletivo. Em outras palavras, seria assim, reestruturar a política utilizando de valores cristãos sem serem necessariamente os cristãos fazendo a política.

Para Kristol (2003), um forte defensor da ideia, o neoconservadorismo:

Pode-se dizer que a tarefa histórica e o propósito político do neoconservadorismo parecem ser este: converter o Partido Republicano, e o conservadorismo americano em geral, contra suas

---

<sup>8</sup> *"Neoconservatism: The Autobiography of an Idea"*. Kristol, 1995 p. 94.

<sup>9</sup> Teórico conservador (1918-1994), influenciado por Burke.

<sup>10</sup> Teórico irlandês conservador, conhecido por sua obra *"Reflections on the Revolution in France"* (1790).

<sup>11</sup> Teórico americano considerado um dos fundadores do neoconservadorismo (1920-2009).

<sup>12</sup> Um dos fundadores do neoconservadorismo (1899-1973).

<sup>13</sup> Tatiana Teixeira, jornalista brasileira, aborda sobre o assunto na obra *"Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA - a arte de pensar o impensável"*

respectivas vontades, em um novo tipo de política conservadora adequada ao governo: uma democracia moderna.

Assim, Kristol compõe os neoconservadores a um novo tipo de política que se adegue melhor aos tempos, adequando-se a todos os âmbitos, que irão submeter ao bem maior da população. Essa ação, resulta assim, numa conquista para a população e principalmente para o país, sem perder inteiramente o status quo das políticas praticadas pelos políticos neoconservadores.

Kristol ainda indaga, em sua resenha crítica “A persuasão neoconservadora”<sup>14</sup> que, a teoria neoconservadora submete o sucesso das políticas para os Estados Unidos, comparado aos países da Europa que continuam no conservadorismo puro, fixo em suas próprias concepções. O que atenua a diferença entre o conservadorismo e o neoconservadorismo e como na prática concebe resultados diferentes, apesar de uma ideia ser ligada a outra. Para o autor (2003):

No entanto, eles não podem ser cegos para o fato de que as políticas neoconservadoras, indo além da base política e financeira tradicional, ajudaram a tornar a própria ideia de conservadorismo político mais aceitável para a maioria dos eleitores americanos. Também não foi comunicado oficialmente que são as políticas públicas neoconservadoras, e não as tradicionais republicanas, que resultam nas presidências republicanas populares.

O pressuposto da diferença entre o conservadorismo e o neoconservadorismo, foca principalmente na ideia da democracia, e conforme Kristol, essa democracia sustenta o sentimento de prosperidade, e não mais de luta entre as classes. Isto parte do envolvimento do neoconservadorismo em todos os âmbitos do crescimento de um país: o social, político e econômico.

O neoconservadorismo derivou da ideia do conservadorismo, o que perpetuou no discurso dos Estados Unidos como nação credora da soberania, nação que deve liderar os outros no plano global. Esse pensamento acirrou a disputa EUA vs URSS, no período da Guerra Fria, no governo Reagan (1981-1989), o que assegura a ideia de que a teoria se tornou algo enraizado no país, perdurando até no governo Obama (2009-2017) como será demonstrado posteriormente no trabalho.

---

<sup>14</sup> Resenha divulgada na “*The Weekly Standard*” em 25/ago/2003.

## 2.2 CARACTERÍSTICAS DO NEOCONSERVADORISMO

A teoria neoconservadora tem como características principais, conforme Kristol (2003) expressa: o exacerbado patriotismo; repulsa a instituições internacionais; ter líderes que devem entender a distinção entre amigos e inimigos; e, por último, contextualizar o “interesse nacional” dos Estados Unidos. Essas são as questões iremos ver mais adentro neste tópico.

O amor e defesa exacerbada à pátria, no caso em questão, aos Estados Unidos, é entendido pelos neoconservadores o ponto chave para ordenação de políticas internas que prosperam para externas do país. Segundo Damir<sup>15</sup> (2015):

Aqui transparece a noção de que a maior força dos Estados Unidos é a sua população, formada por indivíduos de valores morais bem definidos e inseridos em uma tradição cultural de séculos, marcadamente “excepcional”, distintiva do resto do mundo.

Segundo o autor, este sentimento de patriotismo é o que une toda a população e reforça a ideia de “nação divina”<sup>16</sup>, o que acaba também por acarretar em uma confiança no governo e no desejo de concretizar suas políticas que assim o enalteça. É a partir dessa característica que toda a nação, independente de religião ou crença, deposita sua maior lealdade ao país e seus líderes, o que ocasiona numa possibilidade de que, de acordo com Ortunes (2013), o patriotismo seja a maior virtude conservadora primordial.<sup>17</sup>

O sentido do pensamento excludente da participação dos Estados Unidos em instituições internacionais, se dá em excluir qualquer perspectiva que indique fazer parte de um organismo mundial, multilateral que indique uma repartição de poder. Isso, por si só, já indicaria uma quebra de centralização de poder, além da possibilidade dessas organizações se tornarem “moribundas”, como exemplo a Organização das Nações Unidas. Segundo Kristol (2003):

O governo mundial é uma ideia terrível, pois pode levar à tirania mundial. As instituições internacionais que apontam para um governo mundial definitivo devem ser consideradas com a mais profunda suspeita.

---

<sup>15</sup> “O neoconservadorismo segundo os neoconservadores norte-americanos”. (2015) p. 04.

<sup>16</sup> Ideia de nação que foi a escolhida para liderar o mundo.

<sup>17</sup> Religião e o discurso político neoconservador nos Estados Unidos (2013) p. 07.



A partir disso, os neoconservadores também partem do princípio de que os Estados Unidos não podem ser "controlados" por grupos que diferem de seus ideais, havendo a possibilidade de desvio de atenção de suas políticas, além de incluir o fato de não acreditarem na eficácia de decisões dessas instituições.

Esse ponto adiciona a característica de que os Estados Unidos acabam focando sua política e energia em prol global. Ao repartir seu poder, presume-se que não o está realizando sua ação de modo correto, no qual este poderia ser colocado onde realmente pertence, que no caso se resume em aumentar sua centralização de poder.<sup>18</sup>

O pilar da definição dos líderes sobre amigos e inimigos do Estado acaba por se entrelaçar com o ponto de interesse nacional dos Estados Unidos. Kristol e Kagan (1996)<sup>19</sup> avaliam que os Estados Unidos, após o final da Guerra Fria, deveriam procurar “inimigos para destruir”, em prol da democracia e zelo pelos direitos globais. Para os autores, deve-se analisar que o país em sua posição de potência pós bipolarização global teria, dessa maneira, a capacidade e a responsabilidade de ir atrás e destruir tais inimigos da democracia. Não há outra forma de agir segundo o pensamento neoconservador, no qual seria “uma política de covardia e desonra”. Ainda segundo os autores (1996):

Os americanos devem compreender que o seu apoio à proeminência norte-americana é tanto uma luta pela justiça internacional como qualquer outro povo é capaz de o entender.

Ao utilizar essa sentença, eles afirmam que os Estados Unidos é uma nação messiânica<sup>20</sup> e que os americanos entendem e reforçam essa ideia – remetendo à ideia do patriotismo, ao passo que os cidadãos que não sejam americanos podem não ter conhecimento sobre, mas que devem aceitar a esta ajuda internacional.

Entretanto, a obrigação moral que a “nação abençoada” tem, que seria a de perpetuar a democracia, ao passo que eliminaria o terrorismo do mundo, passa a demonstrar sua preocupação em prol do cenário internacional. Isso resulta num esforço político e principalmente militar, onde temos como exemplo a política da “Guerra ao Terror” praticada

---

<sup>18</sup> MCGLINCHEY, *Neoconservatism and American Foreign Policy*. S/P. 2017.

<sup>19</sup> Obra conjunta entre os teóricos “Rumo a uma política externa neo-reaganitária” *Foreign Affairs*, S/P (1996).

<sup>20</sup> Termo utilizado para indicar os Estados Unidos como o Messias do mundo, indicando sua importância acima dos outros Estados. Este termo foi retratado no trabalho “A nação eleita: a ideologia do messianismo americano como um sistema da cultura”, de Vanderlei Dorneles.

no Iraque durante o governo Bush após o ataque do 11 de setembro, perpetuada até governo Obama posteriormente.

Essa característica militarista é um dos traços marcantes da política de segurança dos neoconservadores. Eles têm indicações para aumento dos recursos para a Defesa, baseado em sempre inovar na infraestrutura de tecnologias de combates, melhores treinamentos e demais fatores que possam manter a hegemonia do país no aspecto militar. Kristol (2003) verifica esse poderio militar consolidado a partir do período pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no qual os Estados Unidos continuavam entrando em guerras a parte, como a Guerra do Vietnã (1955-1975), Guerra da Coreia (1950-1953), e inevitavelmente atribuía grandes recursos para o militarismo. Entretanto, os países da Europa no após a Segunda Guerra diminuiu recursos militares em prol de políticas sociais e econômicas, o que ocasionou numa distinção entre os poderios militares entre os países. Segundo Mauad (2013):

Assim, os “neocons” defendem o uso da força do governo para fazer escolhas “boas” para os indivíduos inferiores, a fim de incentivá-los em determinadas direções, isto é, para a escolha de uma vida de virtudes e deveres.

Tais afirmações dos neoconservadores têm por objetivo final, reforçar deste modo, a indagação de que os Estados Unidos é um país cuja divindade o escolheu para governar o cenário global.

### **2.3 O NEOCONSERVADORISMO E O GOVERNO BUSH (2001-2007)**

A caracterização dos Estados Unidos como império mundial é baseado em sua consolidação de suas políticas e caráter de liderança tanto no âmbito doméstico quanto na política internacional, através da capacidade de intervenção em outros países e autodeterminação como norma política internacional.<sup>21</sup> Contudo, o exercício de poder se desenvolve em sua forma de interesse nacional projetada em uma ordem cooperativa liderada pelos Estados Unidos, que se dá justamente pela expansão da democracia anteriormente dita, e do capitalismo liberal, no qual consolida, dessa forma, os valores impostos e defendidos pelo país em frente aos outros no cenário internacional.

---

<sup>21</sup> “Pax Americana ou o império da insegurança?” P. 07.

A onda neoconservadora teve força, especialmente, no governo Reagan, inserido no cenário de Guerra Fria, no qual o inimigo estava estabelecido com a ameaça do comunismo da União Soviética. A solução encontrada para os países capitalistas ao redor do Globo seria justamente dos Estados Unidos, país destinado para levar a democracia para o mundo, ser o que lideraria os outros Estados para estabilização.

Passada a Guerra Fria, as eleições presidenciais de 2000 nos Estados Unidos declararam que o 43º Presidente do país seria George W. Bush, que tinha forte influência neoconservadora, e provocava um distanciamento do discurso mais extremista realizado anteriormente por Reagan. Bush considerava a linha mais moderada no que diz respeito aos Direitos civis, e projetou, em sua governabilidade, o exercício de poder entre *soft e hard power* na medida em que idealizava uma estabilização no cenário internacional político.

O ataque terrorista do 11 de setembro de 2001, mudou toda a estrutura de política de segurança dos Estados Unidos<sup>22</sup>, tanto no âmbito doméstico quanto na política externa do país. O ato foi considerado um ato de guerra, na qual deveria ser correspondido a altura, o que muda a legislação do país, ao entrar no “modo guerra”. Foi adicionado à agenda de segurança nacional, a política de “Guerra Preventiva”, e ao introduzi-la, Bush dá o discurso na Casa Branca, em 2002:

Não podemos colocar nossa fé na palavra dos tiranos, que assinam solenemente os tratados de não-proliferação, e depois os sistematicamente os quebram. Se esperarmos que as ameaças se concretizem, teremos esperado muito tempo.

A Guerra Preventiva pode ser entendida como “início de uma ação militar em antecipação a ações danosas que não ocorrem no presente e tampouco são iminentes”.<sup>23</sup> O mecanismo utilizado para este objetivo foi, então, optar pela investida militar nos países do Oriente Médio, em que foi teorizado que advinha maior onda de terrorismo devido a estruturação nos países<sup>24</sup>.

Outra mudança em destaque, que é bastante comentada em sua governabilidade, são os nomeados na posição de Subsecretário de Defesa, o então Paul Wolfowitz<sup>25</sup>, conhecido pela

---

<sup>22</sup> Documentos disponíveis no site da Casa Branca dispõem de transparência em políticas de segurança.

<sup>23</sup> “As teorias das guerras preventivas nas relações internacionais” 2009.

<sup>24</sup> Assunto comentado anteriormente no trabalho, no capítulo 01, p. 05.

<sup>25</sup> Professor e político estadunidense (1974), é considerado arquiteto da invasão do Iraque posteriormente, em 2003.

postura “linha-dura” do governo de Bush; e o nomeado a secretário da Justiça, John Ashcroft<sup>26</sup>. O Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld<sup>27</sup> reforçou o discurso de Bush em 2002:

A defesa dos Estados Unidos requer prevenção, autodefesa e às vezes a ação antecipada. Defender-se contra o terrorismo e outras ameaças emergentes do século XXI pode muito bem exigir que a guerra seja levada ao inimigo. Em certos casos, a única defesa é uma boa ofensiva.

Com isso, começou a política da “Guerra ao Terror”, que houve de forma turbulenta e massacrada para os países, como na invasão ao Iraque em 2003. Esta política ocorreu de forma transnacional, a partir do momento que foi percebida que o ataque de 11 de setembro culminou de ajuda interna do país. A prioridade era reconhecer e atacar os terroristas que fomentavam o ódio à nação estadunidense, e que servia como propulsor de perigo para o Globo, o que demonstrou ser uma missão difícil, pois para alcançar objetivos transnacionais, deveria, deste modo, financiar maior apoio financeiro e estrutural para serviços de inteligência do país.

Nesta invasão ao Iraque em 2003, grandes potências europeias como a França e Alemanha se negaram a intervir de modo militar na disputa. A ação de neutralidade tida pelos países europeus suscitou o posicionamento dos neoconservadores intelectuais em favor o enaltecimento de uma nação disposta a estabelecer a paz, havendo a preocupação internacional, enquanto havia simultaneamente uma posição de passividade dos países europeus.

De acordo com Damir (2016):

Os neoconservadores não negam sua predileção pela guerra enquanto mecanismo que assegure que os Estados Unidos se reafirmem como a única superpotência do planeta. Mais que isso, o conflito militar é visto como algo normal.

Essa exaltação no discurso sobre a democracia militante, exaltação quase religiosa dos valores americanos e inimigo instituído, além do otimismo messiânico de nação escolhida são o que marcam a narrativa neoconservadora. Característica comprovada pelas ações do líder do então momento, Bush, que apesar da perda de apoio por essas políticas arquitetadas pelo neoconservadorismo e reestruturação de poder após o 11 de setembro, reafirmou que os Estados

---

<sup>26</sup> Político estadunidense (1942), ex-governador do Missouri.

<sup>27</sup> Empresário e político estadunidense (1932), serviu anteriormente como Secretário de Defesa (1975-1977) no governo de Gerard Ford.

Unidos usufruíram da “liderança sobre o isolacionismo” e tem o dever e capacidade de “moldar o mundo, não apenas ser moldado por ele”<sup>28</sup>.

#### **2.4 O NEOCONSERVADORISMO E O GOVERNO OBAMA (2008-2017)**

A herança que o governo Bush deixou para o seu sucessor, Barack H. Obama foi a de atuação fortemente ligada aos neoconservadores, no qual foi vista uma grande influência na construção de políticas ligadas especialmente ao setor de segurança nacional. Como demonstrado anteriormente, o grupo incitou o desempenho amplo do militarismo, unilateralismo, guerras preventivas, e propaga dos valores norte-americanos ao redor do Globo, especialmente países do Oriente Médio.

Nas eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2008 suscitou na vitória de um candidato que constitui em uma significativa mudança na política externa do país, cuja exatas palavras “*change*” e “*hope*” foram as mais usadas em sua campanha, denominando seu futuro governo<sup>29</sup>. Apesar de Obama defender a posição de liderança global dos Estados Unidos como fundamental e essencial para o país, é importante ver que também afirma a necessidade de maior interação multilateral e conciliatória, no qual haveria a preocupação de harmonização com países aliados e instituições internacionais, designando a política de engajamento.<sup>30</sup>

Obama enfatizou críticas ao governo anterior, como exemplo sua política de intervenção no Iraque em 2003, além de criticar a Organização das Nações Unidas (ONU), por lapsos em missões de paz<sup>31</sup>. Isso mostrou sua perspectiva de governabilidade, no qual muda a política externa americana, provavelmente provocando assim, um distanciando do discurso neoconservador.

Entretanto, no campo da política externa no âmbito de segurança, os Estados Unidos mantêm em sua história a caracterização de hegemonia global militarmente, o que um governo por mais que em nova ideologia, não consegue direcionar nova direção para o regime de segurança. O que de fato se concretizou durante o governo Obama, onde ele ordenou a retirada

---

<sup>28</sup> NSS, 2006. III, p.12.

<sup>29</sup> “Paradoxos da política externa de Barack Obama” 2010 p.113.

<sup>30</sup> Discurso disponível em: < [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140527\\_discurso\\_obama\\_pai](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140527_discurso_obama_pai) > “Obama reforça opção por multilateralismo, mas sem abrir mão de liderança” Acessado em: 28/10/2018.

<sup>31</sup> < [https://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes\\_eua/obama-critica-onu-e-paises-africanos-por-passividade-com-zimbabue/n1237676942090.html](https://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes_eua/obama-critica-onu-e-paises-africanos-por-passividade-com-zimbabue/n1237676942090.html) > “Obama critica ONU e países Africanos por passividade com Zimbabué”. Acessado em: 28/10/2018.

de militares do Iraque, reavaliando a missão no país. Porém, segundo a revista “*The New York Times*” o governo de Bush já havia demandado esta retirada em 2008, quando o governo iraquiano se recusou a conceder imunidade legal às tropas americanas no país<sup>32</sup>. Nesta situação foi ponderado que seria melhor então, mudar o foco para Afeganistão, que se denominava como essencial para o combate ao terrorismo no momento, dado que o Al-Qaeda estava estabelecida e consolidada no local.<sup>33</sup>

A mudança na política de intensiva investida militar em alguns aspectos, como com o Iraque, para um diálogo aberto, contenção de programas de armamento nuclear com o Irã em 2015<sup>34</sup>, foi recebido com hesitação e desconfiança pelos neoconservadores, cuja maior particularidade é a investida militar para reafirmar a hegemonia e democracia estadunidense.

Ademais, foi instituída a Doutrina Obama, no qual tange os seguintes objetivos de cooperação: deliberar soluções para divergências transnacionais; enfatizar papéis de instituições internacionais para aproximação de finanças e negócios entre países; a possibilidade de estabelecer diálogo e relações próximas com outros países potencialmente importantes economicamente e politicamente, incluindo Rússia e Cuba; e, por fim, estabelecer relações estreitas com países transatlânticos por serem estrategicamente importantes geopoliticamente.<sup>35</sup>

É notável assim, observar um novo direcionamento estratégico hegemônico que muda da estrutura militar e passa para a estrutura econômica e de cooperação, ainda que constitua no prevailecimento do mesmo como líder nas relações. Tal postura é perceptível no exemplo do Tribunal Internacional Penal<sup>36</sup>, onde Obama seguiu na recusa veemente de adesão dos Estados Unidos como membro, no qual segundo Cardoso (2012), estaria impondo a condição de que obteria seu “controle sobre o órgão”, causando então, uma imunidade ao país; além de requerer tratamento especial e julgá-lo reconhecer seu papel apenas em casos especiais.

---

<sup>32</sup> Disponível em: < <https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/nyt/lideres-recusam-imunidade-para-soldados-dos-eua-que-ficarem-no-iraque/n1597262698505.html> > “Líderes recusam imunidade para soldados dos EUA que ficarem no Iraque” Acessado em: 30/10/2018.

<sup>33</sup> “Combate ao terrorismo após 11/09: Uma análise comparativa dos governos Bush e Obama”. 2015 p 55.

<sup>34</sup> Disponível em: < <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,o-que-e-o-acordo-nuclear-com-o-ira-e-por-que-ele-e-criticado,70002299880> > “O que é o acordo nuclear com o Irã e por que ele é criticado?” Acessado em 29/10/2018.

<sup>35</sup> “O Relatório Albright e a grande estratégia Obama um caso de convergência?” 2010.

<sup>36</sup> Criado oficialmente em 2002 para julgar pessoas, não Estados, com caráter permanente no âmbito internacional. Estados Unidos desde sua ideia de criação foi contrário.

Podemos concluir assim, que o governo Obama se constituiu na retórica mais diplomática, contudo, sem perder a linha neoconservadora de segurança. Isto partindo da conjuntura de intercalação entre o *soft* e *hard power*, na medida em que provocou maior interação entre os países aliados, e buscou expandir este leque. Ao mesmo tempo, retirou as tropas do Iraque proferindo o discurso de respeito entre os líderes dos Estados<sup>37</sup>, todavia reestruturou a missão para entrada de tropas americanas no Afeganistão, no discurso de disseminar o terrorismo em que lá atinge<sup>38</sup>, resultando numa dualidade em sua governabilidade.

---

<sup>37</sup> < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/obama-anuncia-saida-total-de-tropas-dos-eua-do-iraque-ate-o-fim-do-ano.html> > “Tropas americanas deixam o Iraque totalmente até fim do ano, diz Obama”. Acessado em: 30/10/2018.

<sup>38</sup> < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/10/obama-vai-diminuir-ritmo-de-retirada-de-tropas-dos-eua-do-afeganistao.html> >” Obama anuncia permanência de tropas dos EUA do Afeganistão” Acessado em:30/10/2018.

### **CAPÍTULO 3: EFEITOS DA RETÓRICA DE SEGURANÇA NACIONAL SOBRE O ESTADO NORTE-AMERICANO.**

Neste capítulo será debatido as políticas de estratégia em segurança, como surgiu no contexto internacional. A inovação da mesma na área de *smart power* no país, seu desenvolvimento através das agências de inteligências no campo da segurança nacional dos Estados Unidos durante o governo Bush e o governo Obama. Será analisado o impacto destas políticas ocasionadas sobre a população local e o cenário internacional, além de abordar, ademais, a narrativa sobre democracia e o ponto de vista neoconservador sobre essas estratégias.

#### **3.1 O CONTEXTO DE ESTRATÉGIAS EM SEGURANÇA**

O estudo de defesa e segurança de um Estado sempre irá depender do contexto em que o país em questão está inserido no cenário internacional.<sup>39</sup> A ideia de anarquia internacional<sup>40</sup>, é o que incentiva a política de defesa dos países, afim de se proteger frente às ameaças, dado o histórico de guerras existentes desde a antiguidade. Segundo Fernandes (2012), o que sustenta o termo de anarquia posto nas relações internacionais é o fato de não haver uma instituição central que lidere e proporcione uma segurança.

O termo “segurança” pode ser tomado como abstrato quando não colocado em um contexto, devendo ser enfatizado seu local de ação, por englobar tanto o âmbito social quanto o econômico. De acordo com Murray e Viotti (1994):

*In its broadest formulation, the term security goes well beyond military considerations. Security can be understood both as a defense against external (or internal) threats as well as the overall socioeconomic well-being of a society and the individuals who compose it.*<sup>41</sup>

Conforme os autores analisam, é possível assimilar o âmbito externo de acordo com sua posição no cenário internacional, seu poder e como o Estado é visto por terceiros. E o

---

<sup>39</sup> “*The Defense Policies of Nations. A comparative study*” p. 04.

<sup>40</sup> Termo originalmente utilizado por Hobbes, ao indicar ausência de regras, de comandos. Teóricos realistas sustentam esta ideia no âmbito internacional.

<sup>41</sup> “Em sua formulação mais ampla, o termo segurança vai além das considerações militares. A segurança pode ser entendida tanto como uma defesa contra ameaças externas (ou internas) como também o bem-estar socioeconômico geral de uma sociedade e os indivíduos que a compõem”. Tradução livre.



âmbito doméstico seria a segurança nacional de fato, através dos meios militares e políticos, definindo suas prioridades, englobando também, as estratégias.

A partir destas colocações, é perceptível configurar que o que tange os objetivos de segurança nacional são os Estados formularem suas políticas de defesa, de modo a desenvolver as estratégias necessárias, aplicando suas forças, sejam elas militares ou de inteligência afim de concentrar o poderio de um país frente aos outros.

No contexto dos Estados Unidos, é notável examinar que, como potência global desde o contexto pós Segunda Guerra Mundial, é referência em diversos campos que compõem um Estado forte e consolidado na conjuntura internacional. Seja no setor econômico, social, militar e cultural.<sup>42</sup> O plano estratégico e militar estadunidense segue como modelo a ser seguido por suas conquistas, envolvendo desde sua arquitetura para ser potência global, envolvendo a políticas como a do “*big stick*”<sup>43</sup>, e também a da Guerra do Iraque.

A estratégia adotada pelos Estados Unidos para se estabelecer e consolidar na posição comandante e de poder inigualável foi e continua baseada em uma série de fatores, sendo alguns, de acordo com Junior (2010): administrar a ordem nacional através de práticas de inspecionar políticas de outros países afirmando para isso, a promoção de democracia e paz mundial; promover políticas de assistências para o desenvolvimento de países em prol da prosperidade de políticas comerciais; além de articular as relações econômicas e comerciais entre os aliados.

Baseado em tais percepções, é importante salientar que para manter esse poderio hegemônico, os Estados Unidos buscam fomentar constantemente a ideia de que é o único país com capacidade para liderar e assegurar esta ordem internacional. Como consequência, o país evita a todo custo impedir que um novo poder hegemônico sobressaia ao seu, e para isso, é utilizada a continuidade da estratégia militar para futuras ameaças ou perpetuidade de influências em outros Estados, além do método, considerado novo, chamado “*smart power*”<sup>44</sup>, que será analisado a fundo a seguir.

### **3.2 A ESTRATÉGIA DE DOMÍNIO DE INFORMAÇÃO**

---

<sup>42</sup> “Os Estados Unidos e a manutenção da ordem internacional: A guerra contra o terrorismo como elemento ordenador” p. 195.

<sup>43</sup> A política do “*big stick*” ou “grande porrete” caracteriza-se pela política externa do Presidente dos EUA, Theodore Roosevelt (1901-1909) que se dava em usar a força para conseguir seus objetivos e expansão de poderio americano.

<sup>44</sup> Termo originalmente criado pelo cientista político norte-americano Joseph Nye (1937).

Os Estados Unidos, visando permanecer no status quo de hegemonia global, além de referência mundial de estratégias em prol do seu doméstico, mantém uma política de inovação constante a fim de melhorias na segurança e estar sempre um passo, ou mais, a frente dos outros Estados. Para isso, foi visto que não só dependeria das estratégias militares utilizadas há séculos pelo país em sua política externa, mas também a estratégia de informação, baseada em inovações tecnológicas, advinda da globalização e em consequência, a implantação de computadores e adereços tecnológicos.

Visto que na contemporaneidade o que prevalece são as relações baseadas não inteiramente em apenas *“hard power”*, no qual os países não podem ou devem apenas agir com o uso da força, alcançaria o objetivo, porém afastaria as relações aliadas, resultando num preço muito alto. E nem consegue ser inteiramente derivada do *“soft power”*, uma vez que o uso da força possa a ser essencial para fim de ordem doméstica ou quando uma proposta prática vier a acontecer em uma situação. A partir disto, foi desenvolvido um termo de caráter intermediário entre os dois, o chamado *“smart power”*, no qual se classifica, segundo Bertonha (2009), em “agir com a inteligência, sabendo equilibrar o poder de acordo com a necessidade”.

Saraiva (2014) indaga que:

A forte base tecnológica das forças armadas americanas favorece a modernidade e a inovação e alimenta a ideia de que a tecnologia permite reduzir o número de baixas e a duração dos conflitos.

A autora fomenta a lógica de que essas estratégias ajudam a diminuir a incerteza de uma guerra ou de informações, partindo da premissa de serem necessárias para ganhar rapidamente em um conflito. Saraiva (2009), indica que o intuito de ganhar guerras sem necessidade de conflito presencial a partir do domínio de informações permite avançar para soluções militares que dispensam o comparecimento, de fato, militar no local das missões.

Nye (2011), ainda salienta que:

Utilizei o termo não com o intuito de substituir *soft power*, mas apenas para recordar que o objetivo do poder é atingir os resultados desejados. Por vezes fazê-lo com recursos duros e outras com recursos suaves; por vezes os dois reforçam-se um ao outro, e outras vezes podem atrapalhar-se um ao outro.

Esse surgimento de tecnologia de informação e domínio inteligente permitiram aos Estados Unidos sua continuidade na consolidação como potência militar hegemônica. Isso se dá ao fato de que, em comparação, todas as outras potências militares, não demonstram esse avanço, incentivos e superestrutura no desenvolvimento tecnológico, seja em área de segurança, seja em avanço do próprio Estado.

Com o avanço das novas tecnologias e, conseqüentemente, novas organizações estruturais no campo das relações internacionais, deve-se ter um acompanhamento nos outros planos, impondo, dessa maneira, uma atualização de conceitos. É importante, especialmente, redefinir o conceito estratégico, porque nesta nova versão de terrorismo, deve-se destacar a importância na prevenção das ameaças, agora de âmbito inclusive transnacional, e de gestão administrativa para fins de como lidar com tal questão.<sup>45</sup>

Conforme Ramalho (1998), as inovações e desenvolvimento para a segurança nacional é designada em: conhecer o quadro geral de atuação no campo de batalha, desse modo, vigiar, reconhecer e captar informações antecipadamente, para sucesso no processo de decisão e formação de estratégias (os sistemas de satélites, drones com privilégios de vistas aéreas); capacidade do “C41”<sup>46</sup> das forças militares, utilizando as informações captadas; competência para identificar e localizar terceiros, sejam eles amigos e inimigos com o máximo de acerto para serem realizadas ações de sobre as mesmas, com possibilidade de serem a distâncias, sem se comprometer<sup>47</sup>.

Esta nova forma de adaptação de estratégias, no campo militar, se baseia na fórmula do “C41”, que se traduz em: Comando, Controle, Comunicações, “Computadorização” e Informação. Esta proposta de estratégia tanto lida com o âmbito militar, quanto no âmbito de segurança tecnológica<sup>48</sup>. Segundo o “*DOD Dictionary of Military and Associated Terms*”<sup>49</sup> o C2 é definido: "O exercício de autoridade e direção por um comandante propriamente designado sobre as forças designadas e anexadas no cumprimento da missão. Também chamado C2”.

Conforme Lima (2014), não é possível implantar uma estabilidade dentro do poder, pois ele depende das relações entre os meios envolvidos, contextos e métodos de ação entre os Estados. Porém, é um conceito amplo que pode ser estendido para outros pilares de domínio, e não apenas ao cenário militar.

A vantagem dessa revolução de informação de forma igualitária é deveras importante para as relações internacionais, pois ela se apresenta como uma força multiplicadora da diplomacia americana, juntando o “*soft power*” - a atração da democracia e dos livres mercados americanos com o “*hard power*”. O país estudado no trabalho, os Estados Unidos, buscam

---

<sup>45</sup> “Revolução nos assuntos militares: perversões estratégicas” p. 84.

<sup>46</sup> Estratégia militar do “C2” – Comando e Controle de forma atualizada, sendo ela agora composta com a adição de: Comunicações e “Computadorização” e Informação.

<sup>47</sup> “Impactos de novas tecnologias em política de defesa: Lições e limites do modelo norte-americano” p.73

<sup>48</sup> “A evolução tecnológica dos sistemas de armas” p.03.

<sup>49</sup> “Dicionário de Termos Militares e Associados do Departamento de Defesa” é uma compilação de termos padrões militares dos Estados Unidos criado e usado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DOD).

utilizar esses recursos revolucionários de informação para envolver grandes nações em diálogos amistosos de segurança, deixando implícita uma aliança para evitar que venham a se cunhar o modo hostil entre si. Ao mesmo tempo, sua ampla vantagem na informação pode auxiliar para evitar que países hostis venham a se tornar poderosos – realizando, na prática, o *smart power*.

### 3.3 ESTRATÉGIAS DE REDES DE INTELIGÊNCIA

O contexto atual é visado a partir da premissa de “um ambiente de ameaças e riscos imprevisíveis de caráter multifacetado e transnacional”<sup>50</sup>. Para que uma nação não fique vulnerável a estas ameaças, foi visto, anteriormente, que é preciso haver uma inovação tecnológica, a fim de estar sempre a par de informações do que acontece em seu doméstico e fora dele para não ser pego de surpresas por ações que afetem sua segurança.

As nações, então, passam a investir em sistemas de inteligências para alcançar o objetivo de domínio de informações. O sistema integrado de inteligência é caracterizado por Cepik (2003), como:

Uma organização permanente e atividade especializada em coleta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa, a defesa nacional, e a garantia de ordem pública de um país.

Esse sistema tem como objetivo justamente ampliar sua informação para fins de ampliação de dominação e ganhos de guerras<sup>51</sup>. O controle de informações de um Estado sobre sua população é eficaz no ponto de vista de denominação de autoridade soberana. A inteligência em função do Estado não é algo atual, e talvez nunca se saiba exatamente quando a ação de espionagem inteligente começou. Entretanto, para denominar o quão antigo a prática é, é possível observar que os povos sumérios já relatam operações onde “espiões” transmitiam informações sobre as defesas da Babilônia por meio de sinais de fumaça<sup>52</sup>.

Segundo a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência)<sup>53</sup>, o ato de espionagem se configura em:

Ação realizada por um agente adverso que busca obter, de maneira clandestina, acesso a informações sensíveis ou sigilosas do governo brasileiro e de instituições nacionais para beneficiar outros países, organizações, grupos de interesse ou empresas. Essa ação de

<sup>50</sup> “Ameaças e riscos transnacionais no novo mundo global” p.29.

<sup>51</sup> “Soberania e democracia” p.88

<sup>52</sup> “Guia de estudos do Primeiro Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas para Desarmamento e segurança Internacional (DISEC)”. Referente ao primeiro Pernambuco Mun, p. 19.

<sup>53</sup> < <http://www.abin.gov.br/atuacao/fontes-de-ameacas/espionagem/> > “Espionagem”. Acessado em: 04/nov/2018.

espionagem permite a agentes adversos aos interesses do país o acesso indevido a conhecimentos sensíveis, como o domínio de tecnologias avançadas ou decisões tomadas na condução das relações internacionais.

A partir das atividades de espionagem, integra-se a de vigilância. No conceito prático de segurança do Estados, conforme Santos e Paiva (2015), a espionagem usa várias técnicas com objetivo de alcançar informações, enquanto a vigilância seria uma dessas técnicas utilizadas, apenas que em diferentes situações.

A razão para os Estados investirem abundantemente neste âmbito é a sua logística, ao qual Cepik (2002), define que integra em: coleta de informações (*single-sources collection*), análise das informações (*all-sources analysis*), onde então é passada essa informação para os tomadores de decisões e formadores de políticas a respeito do que foi recolhido.

O país mais indicado para ser referência de melhor sistema de inteligência e espionagem é a atual potência global, os Estados Unidos. Isto em função da Guerra Fria, no qual competia na especialização de tecnologias com a antiga União Soviética, que o incentivou a inovar e investir consecutivamente em provimentos tecnológicos e em espionagem. Neste período, em especial, o que se destaca é a formação da CIA (*Centro de Inteligência Americana*). A CIA foi projetada e posta em prática em 1947 com o objetivo de “agir como o principal conselheiro do Presidente para questões de inteligência relacionadas à segurança nacional”<sup>54</sup>, mas também com o objetivo estratégico de parar o avanço do comunismo pelo mundo, utilizada também, para implantação de governos a favor dos Estados Unidos durante este período da Guerra Fria, incentivando a relação amistosa entre os países com a ideologia americana, em especial os países da América do Sul<sup>55</sup>.

Entretanto, começou os estudos para se especializar em espionagem e inteligência, especialmente, no começo do século XX, no qual os Estados Unidos avançaram na tecnologia, como a indústria automobilística, as comunicações. Este fato, de acordo com Martin (2013), acarreta mudanças não somente internas no desenvolvimento do país, como também na política externa, no que diz respeito à segurança internacional antes da citada ameaça comunista.

Segundo Nye (1997), após os constantes conflitos passados pelos Estados Unidos, o país ajustou sua defesa e sua estratégia de política externa para acompanhar sua crescente vantagem sobre os outros países nos seus recursos das informações, o que será visto a seguir nos governos do período estudado.

<sup>54</sup> < <https://www.cia.gov/about-cia/> > “Sobre a CIA”. Acessado em: 04/nov/2018.

<sup>55</sup> < <https://www.pernambucmun.com.br/wp-content/uploads/2018/05/DISEC-GUIA-DE-ESTUDOS.pdf> >

### 3.4 ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA NACIONAL INTELIGENTE NO GOVERNO DE GEORGE W. BUSH

Quando a guerra instituída com o inimigo anunciado, a antiga URSS, acabou, foi restaurada a ampla liberdade de ação dos Estados Unidos no âmbito global, que permitiu, então, segundo Saraiva (2014), redefinir suas prioridades da agenda externa e colocar em prática planos com menores custos ideológicos. Esta readaptação estratégica pode ser condicionada ao *smart power*, no qual expandia a cultura estratégica norte-americana, além de também utilizar o militarismo no cenário internacional.

A excelência tecnológica e a abordagem ofensiva são duas características estipuladas e ligadas diretamente ao *American “way of war”*<sup>56</sup>. Isso está concatenado na ascensão política dos neoconservadores no governo de Bush, isto muda com a ideia dos *think-thanks*, esse modelo surge muito pela ideia do combate ao terrorismo, no Iraque e no Afeganistão.

No âmbito doméstico, foi preciso rever a segurança interna dos Estados Unidos, pois segundo Donald Rumsfeld<sup>57</sup>, é natural ao inimigo se inserir no inesperado, para fins de aproveitamento de qualquer “vulnerabilidade americana”. Uma ameaça, tanto pode ser física, como a nuclear, quanto pode ser cibernética, biológica, química, de modo que tem de se estar preparado para toda e qualquer eventualidade.

Nessa colocação, é possível identificar que qualquer detalhe, tudo, pode se transformar em ameaça nesta guerra escolhida pelos Estados Unidos, inclusive as inovações tecnológicas, por mais inocente que aparente. Surge, então, a necessidade instituída pelo governo Bush da chamada “rede cidadã” de espionagem, que inclui cidadãos civis norte-americanos, homens e mulheres, que passariam seus dias vigiando seus próprios vizinhos, a procura de alguma ameaça detectada para seu país<sup>58</sup>. Além disso, também foi instituída a criação de “equipes vermelhas” que tinham por objetivo arquitetar ataques contra os Estados Unidos, para pensar a partir do ponto de vista dos terroristas, e assim então resultaria na identificação das “vulnerabilidades” do país.

Deste ponto de vista, a transformação do inimigo transnacional, agora tendo uma característica de onipresença, inclusive dentro do próprio país americano, exigirá um controle

---

<sup>56</sup> Termo criado pelo historiador norte-americano Russell Weigley, em 1973, para determinar a característica americana nos conflitos e de sua postura no cenário internacional.

<sup>57</sup> Secretário de Defesa dos EUA no período Bush.

<sup>58</sup> Política esta que se iguala à política utilizada nos tempos nazistas.

mais rigoroso e permanente na própria sociedade americana, vista agora pelo governo como possibilidade de ameaça.

É instituída, então, uma organização para comandar essa estratégia doméstica, sendo a *United States Department of Homeland Security (DHS)*<sup>59</sup>, no qual seu objetivo consiste em estar preparado, se prevenir e responder a emergências domésticas, especialmente as que envolvem terrorismos<sup>60</sup>. Foi previsto para reforçar a defesa junto às organizações já existentes, como a *National Security Agency (NSA)*, que consiste na segurança das comunicações americanas, incluindo interceptação e criptoanálise<sup>61</sup>. Em discurso sobre a implementação do *DHS*, Bush afirmou:

Nós estamos tomando um passo histórico para defender os Estados Unidos e proteger seus cidadãos contra os perigos da nova era. Criando um novo departamento, nós iremos fazer com que os nossos esforços estejam interligados<sup>62</sup>.

O que pode ser visto através do reforço de segurança doméstica seria o alto investimento, desta vez não apenas militar, mas estratégico de interpretação e conhecimento para o que acontece dentro de suas fronteiras, de maneira a evitar de ser pego e de ter controle o mais absoluto que puder, sobre o território.

Há também o ponto de vista da segurança externa dos Estados Unidos, onde foi também estabelecido a estratégia de Guerra Preventiva, que acabou por ocasionar uma situação de insegurança permanente e para todos os países, no cenário mundial. O novo inimigo determinado pelo país não é alguém ou algo delimitado, e sim pode ser uma ideologia, uma nacionalidade, uma civilização ou um Estado, no qual quem decide no momento é o próprio Estados Unidos, através do que vejam como ameaça ao seu território.

Essa política externa acaba provocando uma instabilidade nas relações internacionais, e, nesse cenário, os Estados Unidos se estabelecem no direito de fazer a qualquer momento ataque preventivo contra toda e qualquer ameaça, independente do Estado, no momento em que eles delimitarem vir a ameaça ou apoio às ações terroristas. É possível analisar, desse modo, um auto intitulação de uma soberania muito acima dos outros Estados, além de que essa política estratégica cria uma situação de guerra permanente.<sup>63</sup>

<sup>59</sup> Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos. Tradução livre da autora.

<sup>60</sup> < <https://www.dhs.gov/about-dhs> > Sobre o *DHS*. Acessado em 03/nov/2018.

<sup>61</sup> < <https://www.nsa.gov/what-we-do/understanding-the-threat/> > Acessado em: 03/nov/2018.

<sup>62</sup> < [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021125\\_bushmp.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021125_bushmp.shtml) > “EUA criam Departamento de Segurança Interna”. Acessado em 03/nov/2018.

<sup>63</sup> O Governo de George W. Bush e sua guerra contra o terror: Nova orientação tática à Estratégia norte-americana” p.133.

### 3.5 ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA NACIONAL INTELIGENTE NO GOVERNO DE BARACK H. OBAMA

“O conhecimento, mais do que em qualquer outra época, é poder”. É desta forma que Nye (1997), discorre sobre a perspicácia da nova estratégia de informações. Assim também, é o pensamento dos Estados Unidos, ao passar a investir, desde a Guerra Fria, cada vez mais no *smart power*, principalmente após o 11 de setembro, no qual passou a não poupar nem os próprios cidadãos, com a desconfiança e conhecimento sobre o território acima de tudo.

Os Estados Unidos do governo de Obama deram a continuidade da força militar de desempenho espetacular em comparação aos outros poderios militares, e sua amplitude econômica, apesar da crise de 2008, permaneceu imensa. A cultura americana não fica para trás e continua sendo a mais importante em quesito de ser a mais admirada e modelo a ser seguido, e o próprio Presidente Obama reuniu uma admiração e respeito no cenário mundial, nunca antes visto<sup>64</sup>. Isso é ocasionado, segundo Bertonha (2009), por causa de sua disposição multilateral de definir alianças com os países e começar uma retórica social e de democracia, reforçando assim, “seu papel de líder e não de tirano”.

Esta nova política e estratégia de Obama, sendo oposta à unilateral de Bush, especialmente no quesito social, começou por ter analisado que para continuar com sua hegemonia e liderança mundial, é preciso não apenas continuar no *hard power*. Como visto anteriormente, esse método tem suas limitações, sendo preciso, dessa maneira, de acordo com Bertonha (2009), a simpatia nos diálogos para fazer o que só a sua força não é mais capaz, compreendendo os outros.

No final do mandato de Bush, Obama herdou um governo que estava com a imagem da guerra ao terrorismo no Iraque saturada, principalmente nas mídias e do apoio popular. Contudo, a estratégia que virá a permanecer, de acordo com Saraiva (2014), é a que propõe “conquistar corações e mentes” dos outros mediante a valorização da cultura para fim de sucesso estratégico, o “*soft power*”.

A narrativa de ruptura com o governo ultra militarista de Bush, ao anunciar a retirada das tropas americanas do Iraque e do Afeganistão, em 2010, aliviou o descontentamento da população ao governo. Além deste grande feito, o governo focou à noção do poder inteligente, se tornando o centro de sua atuação internacional, conforme Jesus (2014).

---

<sup>64</sup> < <https://veja.abril.com.br/mundo/obama-e-o-homem-mais-admirado-do-ano-pelos-americanos/> > “Obama é o homem mais admirado do ano pelos americanos” Acessado em: 03/nov/2018.



É possível analisarmos no governo Obama uma continuidade da retórica de segurança nacional dos Estados Unidos acima de tudo<sup>65</sup>. Isto a partir das denúncias realizadas em junho de 2013 do jornal *The Guardian*<sup>66</sup> de que a NSA estaria recolhendo dados de registros telefônicos de milhões de americanos assinantes da operadora *Verizon*<sup>67</sup>.<sup>68</sup>

Este ato é considerado legal nos Estados Unidos através da Lei de Vigilância de Inteligência Estrangeira (*FISA*), que de acordo com a seção 103, criou a jurisdição de permitir monitoramento eletrônico dentro do território estadunidense; além da seção 72 que permite coletar comunicações digitais de estrangeiros fora dos Estados Unidos.<sup>69</sup> Segundo a colocação de Damin (2013), o mais grave se dá precisamente pela falta de arbitrariedade com as pessoas que teriam as ligações registradas e entregues ao governo, pois não se resumiu a ameaças e terroristas que estavam em território norte-americano e sim sem restrição, englobando a civis com históricos limpos.

Quando houveram as denúncias realizadas ao governo dos Estados Unidos durante a governabilidade de Obama, não existiu um posicionamento de negação por parte deles. Foi posto em discurso sua preocupação com a segurança nacional, onde é necessário haver uma vigilância maior. E ainda argumenta, em 2013, que:

Meu governo ampliou a supervisão dos programas de vigilância em relação ao governo anterior, visto para proteger cada vez mais os direitos dos cidadãos americanos. Mas eles são necessários para prevenir possíveis ataques de células terroristas.<sup>70</sup>

A partir disso, é possível então observar um discurso de normalizar os atos governamentais de invasão e vigilância das pessoas civis que não aparentam estar em nenhuma organização terrorista, mas é tudo em prol da segurança nacional e de uma possibilidade de no futuro calhar as informações compartilhadas. Uma retórica que é alimentada, legalmente, desde o 11 de setembro e perdura até o governo Obama. Mesmo com seu discurso divergente do antigo governo, a prática de políticas foi registrada uma continuidade, o que será visto a seguir no trabalho.

---

<sup>65</sup> “De Clinton a Obama: política dos Estados Unidos para a América Latina” p.49.

<sup>66</sup> Jornal nacional britânico criado em 1821.

<sup>67</sup> *Holding* estadunidense especializada em telecomunicações com sede em Nova Iorque.

<sup>68</sup> < <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/nsa-phone-records-verizon-court-order> > “NSA phone records Verizon court order”. Acessado em: 04/nov/2018.

<sup>69</sup> < <https://www.gpo.gov/fdsys/browse/collection.action?collectionCode=STATUTE&browsePath=1978&isCollaps ei=false&leafLevelBrowse=false&ycord=774> > “U.S. Government Publishing Office”. Acessado em: 04/nov/2018.

<sup>70</sup> < <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/19/barack-obama-berlin-speech-full-text> > “Barack Obama Berlin speech full text” Acessado em: 04/nov/2018.

### 3.6 CONCEITO DE DEMOCRACIA DOS ESTADOS UNIDOS ENTRE OS GOVERNOS

A Declaração dos Direitos Humanos, realizada em 1948, demonstrou uma amplitude de estruturas de defesas dos Direitos Humanos, além de nova abordagem sobre a soberania dos Estados frente a sua abrangência exacerbada. Desse modo, foram instituídas organizações para que ficassem supervisionando os atos dos Estados sobre esse tema. Os Estados Unidos, em seu histórico de unilateralismo e desconfiança das organizações, ultrapassam esses acordos, como é possível ver com o anteriormente comentado, o Tribunal Penal Internacional.

Pode-se constatar que a visão defendida da democracia estadunidense, geralmente levada ao egocentrismo, acaba por ignorar os limites do sistema internacional, de acordo com Júnior (2013). E o tema de transparência governamental é um dos temas mais recorrentes nos discursos sobre democracia, especialmente após as denúncias de vigilâncias por parte do governo dos Estados Unidos.

Para Nye (2010), a revolução de informações acaba que embarca a democratização de informações. Não é mais o Estado que monopolizará o conhecimento frente à população, e sim haverá mais transparência de ações. Isso não significa, no entanto, que o Estado perde sua força, mas sim, que suas ações se tornaram, desse modo, menos unilaterais e menos autônomas, devendo então, sempre se policiar nos limites.<sup>71</sup>

É possível delimitar um avanço na relação entre democracia e revolução da informação, positivamente. A partir da transparência também há uma melhora da relação entre população civil e governo, estreitando o entendimento, aumentando o papel das organizações onde as pessoas se sentem mais próximas dos governantes.

A relação mais difícil, arquitetada por Cepik (2003) seria: segurança nacional, segredo governamental, e controle dos atos das inteligências. Os líderes governamentais buscam sempre dar prioridade à segurança nacional, no qual é investido maiores recursos e estruturas o que causa uma dúvida sobre seus atos em favor da democracia mundial, quando se tem um autoritarismo evidente em seu discurso.

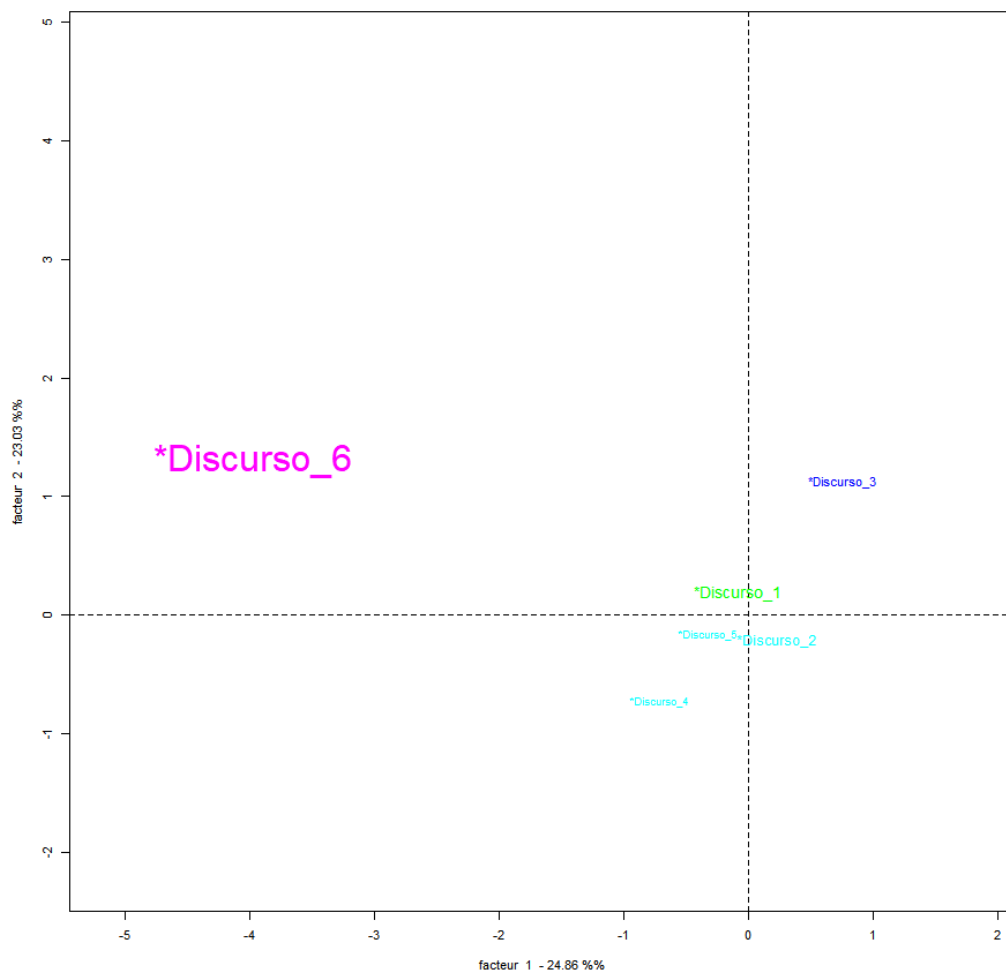
---

<sup>71</sup> “A Revolução da informação e o poder cibernético: Um mapeamento conceitual na obra de Joseph S. Nye Jr” p.12.

No trabalho foi realizada uma análise Fatorial de Correspondência<sup>72</sup> através do programa Iramuteq<sup>73</sup>, entre 3 discursos de Bush, sobre três tópicos: após 11 de setembro; sobre a Inteligência americana; sobre democracia. E 3 discursos de Obama, também em 3 tópicos: após o atentado da Califórnia, do dia 02 de dezembro de 2015<sup>74</sup>; sobre a Inteligência americana; e sobre a democracia. Foram abordados tais discursos por conseguir aproximar-se de momentos semelhantes entre ambos os Presidentes, nos assuntos sob tensão e sob mesmas perspectivas.

A partir dos mesmos, foi possível analisar algumas semelhanças e diferenças.

Imagem 1: Análise Fatorial de Correspondência: discurso Bush vs Obama



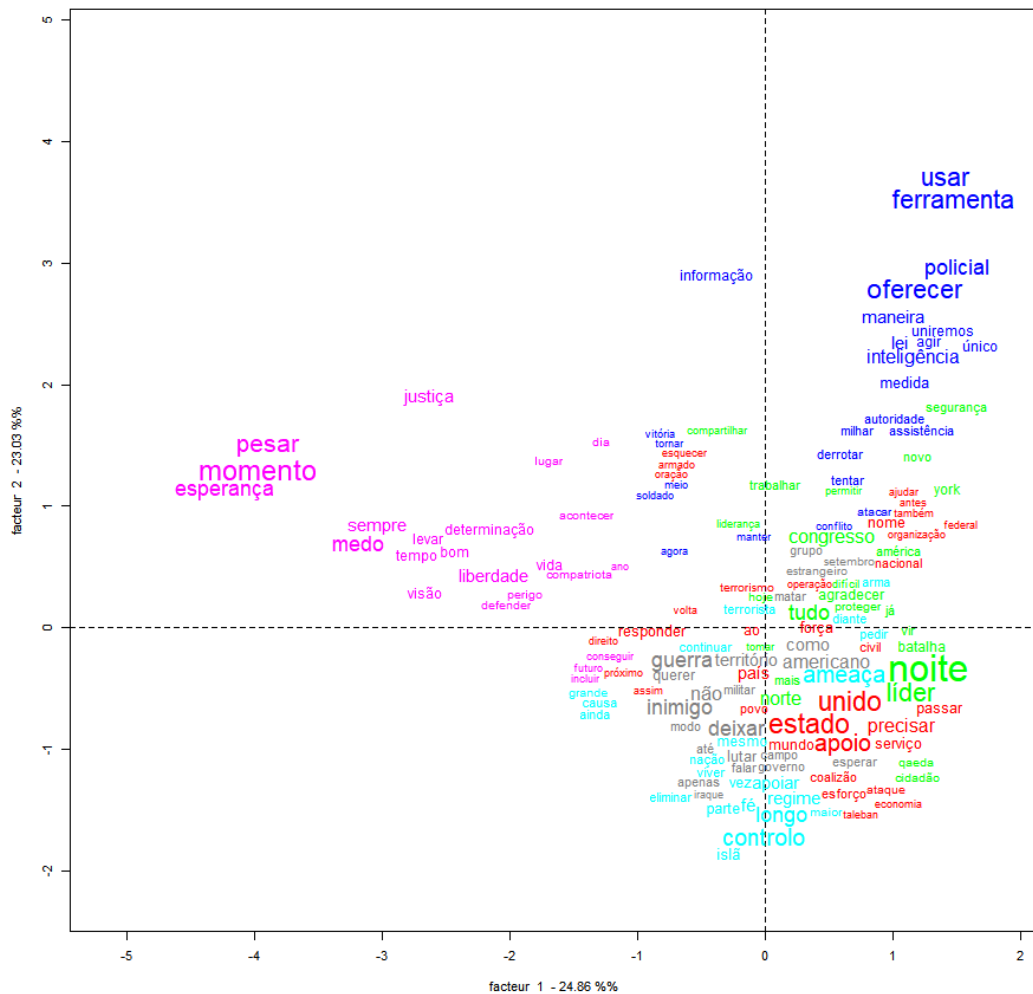
Fonte: Elaborado pela autora.

<sup>72</sup> Análise baseada na teoria dos grafos, no qual possibilita identificar as convergências entre as palavras. Carmargo e Justo, 2013.

<sup>73</sup> Software criado em 2012 com objetivo de fazer análises estatísticas.

<sup>74</sup> Atentado no qual envolvia uma paquistanesa que abriu fogo em um centro comunitário em San Bernardino, deixando 44 mortos. < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/12/1715409-mensagem-atribuida-ao-estado-islamico-reivindica-ataque-na-california.shtml> > “Atiradores dos EUA eram seguidores do Estado Islâmico, diz facção” Acessado em: 02/nov/2018

Imagem 2: Análise Fatorial de Correspondência: discurso Bush vs Obama



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dessa análise realizada, pode-se perceber uma notável conexão entre Bush e Obama. Ambos Presidente enfatizam que os Estados Unidos estão nesta guerra contra o terrorismo de forma clara e abundante. As conexões das palavras são instantâneas. A palavra mais dita é “América”, que a partir da mesma é possível ver que fica em conjuntura à “liberdade”, essa liberdade que os norte-americanos pregam em sua retórica, especialmente no discurso neoconservador, que existe e prezam em seu território e que é seu objetivo e sua missão levar essa mesma liberdade aos outros países.

Na palavra “território”, é notável ver as palavras associadas são de forma de segurança, como controle, cidadania, defesa, e assim vai. Isto pode ser associado à retórica dos Presidentes de afirmar o país como líder, ao colocar usualmente o país como “líder” e sua postura acima de todos os outros Estados no cenário internacional. É notável ver através dos discursos de ambos

os Presidentes, enaltecem o país acima dos outros e elevam sua personalidade como o melhor, característica forte do neoconservadorismo.

Uma diferença vista na posição através dos discursos, foi na área de Inteligência. Bush estabelecia, de forma clara em seus discursos, que existia a utilização de programas de espionagem no âmbito interno, em favor e prol da segurança nacional. Já Obama demonstra que há toda uma logística nos dados que são recolhidos, no qual existe leis vigentes sobre elas. Obama afirmou, em 2014<sup>75</sup>:

*And it is a testimony to the hard work and dedication of the men and women of our intelligence community that over the past decade we've made enormous strides in fulfilling this mission. Today, new capabilities allow intelligence agencies to track who a terrorist is in contact with, and follow the trail of his travel or his funding. New laws allow information to be collected and shared more quickly and effectively between federal agencies, and state and local law enforcement. Relationships with foreign intelligence services have expanded, and our capacity to repel cyber-attacks have been strengthened. And taken together, these efforts have prevented multiple attacks and saved innocent lives -- not just here in the United States, but around the globe.<sup>76</sup>*

Em seu discurso nas eleições presidenciais, Barack Obama havia realizado promessas de mudanças, mas na prática não foi realizada de forma ampla, pois nas políticas de segurança foram vistas que ainda haviam estruturas de vigilância e espionagem de cidadãos e estrangeiros. De acordo com Damin (2013), foi posto em evidência que há toda uma estrutura em funcionamento para que seja legal em sua prática para manter fora de suas fronteiras o perigo do terrorismo, tão veemente repellido nos Estados Unidos.

É possível identificar também uma convergência de palavras utilizadas pelos Presidentes dos Estados Unidos. Foram identificados em ambos uma abundância de vezes em que foram citadas as palavras “America”, “freedom”, “person”, “world”, “terrorist”. As palavras subjacentes são colocadas com o que têm similitude, como visto anteriormente, mas é possível analisar, desse modo, o tom de discurso que a Casa Branca concede. Mesmo em momento em que o discurso discorre sobre a democracia, Bush enfatiza o mundo mais livre do

<sup>75</sup> < <https://www.nytimes.com/2014/01/18/us/politics/obamas-speech-on-nsa-phone-surveillance.html> >  
Acessado em: 02/nov/2018.

<sup>76</sup> “E é um testemunho do trabalho árduo e dedicação dos homens e mulheres de nossa comunidade de inteligência que, na última década, fizemos enormes progressos no cumprimento dessa missão. Hoje, novas capacidades permitem que as agências de inteligência acompanhem com quem um terrorista entra em contato e sigam o rastro de sua viagem ou de seu financiamento. Novas leis permitem que as informações sejam coletadas e compartilhadas de maneira mais rápida e eficaz entre as agências federais e as autoridades estaduais e municipais. Relacionamentos com serviços de inteligência estrangeiros se expandiram e nossa capacidade de repelir ataques cibernéticos foi fortalecida. E, juntos, esses esforços impediram vários ataques e salvaram vidas inocentes - não apenas aqui nos Estados Unidos, mas em todo o mundo”.

terrorismo, visto que sua política externa e doméstica foi centrada na guerra contra o terrorismo. Como Bush coloca, em 2003:

*“Helping the Iraqis to conquer a united, stable and free country will require our ongoing commitment. We went to Iraq with respect for its citizens, for its great civilization and for the religious faith they profess. We have no ambition for Iraq, except to remove the threat and return control of that country to its own people. Our nation enters this reluctant conflict, yet our purpose is right”.*<sup>77</sup>

É notado que mesmo num discurso proclamando defender a democracia em país terceiro - no qual o foco de sua pauta após o 11 de setembro ser espalhar a democracia e paz ao mundo. Ele demonstra a força nacional dos Estados Unidos, seu militarismo forte e sua ameaça à célula terrorista de modo que pode ser julgado como uma convocação de guerra.

A partir de ambas análises, é importante notar que os Presidentes dos Estados Unidos, Bush e Obama, apesar de partidos políticos diferentes e cenário internacional e doméstico diferente, ambos adotam a questão de segurança nacional do país de forma padronizada. O enaltecimento ao militar, e a prosperidade dos Estados Unidos como nação messiânica é difundida, dando a visibilidade de continuidade invés de rompimento de ideologia entre os governos adotados.

### 3.7 O CENÁRIO INTERNACIONAL

Com a globalização e os avanços da tecnologia e o desenvolvimento em vários planos, os Estados Unidos conseguem manter sua superioridade militar de referência no cenário internacional. Além disso, consegue consolidar ainda mais seu *smart power*, no qual os dois planos juntos viraram seu maior instrumento de hegemonia global. Ao mesmo tempo aumenta a assimetria frente aos outros Estados, que pode resultar na prática em estratégias perversas que venha a desestabilizar o mundo.<sup>78</sup>

Na política de guerra preventiva, quando o país visualiza uma ameaça, antecipa o ataque para que possa prevenir seu país de destruição, o que configura numa legítima defesa.

---

<sup>77</sup> “Ajudar os iraquianos a conquistar um país unido, estável e livre exigirá nosso compromisso permanente. Nós fomos para o Iraque com respeito por seus cidadãos, por sua grande civilização e pela fé religiosa que eles professam. Nós não temos qualquer ambição pelo Iraque, exceto remover a ameaça e devolver o controle desse país a seu próprio povo. Nossa nação entra nesse conflito relutante, mesmo assim, nosso propósito está certo”. Tradução da autora.

<sup>78</sup> Livro: “Revolução nos assuntos militares: perversões estratégicas” p.11

Entretanto, Correia (2014) indaga que o desequilíbrio de forças entre os Estados gera o sentimento de impunidade nos Estados fortes que acaba incentivando a reações consideradas preventivas. A falta de supervisão da ONU gera um tipo de descrença por quebrar regras básicas nas relações internacionais, ações que podem ser consideradas ilegítimas.

Surge, assim, conforme Correia (2014):

Um paradoxo estratégico a partir desta inovação de tecnologias: com o domínio e desenvolvimento das inovações tecnológicas, o forte cultiva a dissimetria como garantia da sua superioridade absoluta; o fraco, excluído da corrida tecnológica, busca respostas em formas de atuação assimétricas, que o favorecem; o forte, para repor a simetria estratégica, que lhe é favorável, é forçado a optar pelas formas de atuação do fraco, nas quais a superioridade dissimétrica se revela inútil.

Os outros Estados, os considerados fracos, procuram expandir sua excelência, para que seja inserido nessas alianças, com seus interesses, para que consigam recursos, incentivo de capacidade tecnológica, e acesso a sistemas de armas que, só assim conseguiriam. Isto ocorre, segundo Ramalho (1998), por diminuir os Estados que têm a capacidade estratégica e recursos desenvolvidos.

Como consequência, isso acaba gerando uma dependência dos países subdesenvolvidos para as grandes potências, em especial os Estados Unidos, que têm tecnologias e acompanha e, em alguns casos, causa a revolução de informações. Para Nye (2012), essa é uma das formas de exercer o Soft Power.

Nye (1996), entretanto, afirmou que todas as mudanças tecnológicas provaram ser uma força que aumenta o multilateralismo nas relações internacional. Onde em sua visão, não somente estreita os laços internos quanto os externos. Isso se dá principalmente em interações e cooperações entre os serviços de Inteligências entre os países, pois é visto e analisado que apenas ações conjuntas desses serviços conseguem identificar, prevenir e impedir ameaças terroristas no seu melhor desempenho.<sup>79</sup>

Entretanto, a inclusão de equipamentos, estruturação e capacidade em uma organização, exige tempo e dinheiro. Duarte (2011) acrescenta que, muitas vezes, um país quando está em tempos de paz, não coloca como prioridade essa estruturação na segurança nacional, o que desencadeia essa dependência. Além de centralizar o controle de informações e a colocar em mãos dos Estados fortes a tomada de decisão, ficando a mercê de decisões de terceiros.

---

<sup>79</sup> “Cooperação/interação dos Serviços de Inteligência: perspectivas e limitações” p.72.

Essas informações demonstram que o cenário internacional está longe de estar estabilizado no âmbito de segurança nacional tanto em questão física, como militarmente quanto tecnológica, com a revolução de informações. Isto cabe aos Estados considerados fracos em sua estruturação e aplicação no cenário internacional de investirem em capacitação e estrutura em questão de desenvolvimento, para que se tente chegar, por mais realidade longe que seja, ao nível dos Estados Unidos. Deve-se manter com o objetivo para que consigam concretizar e, conseqüentemente, obteria no cenário internacional uma estabilidade mais próxima de poder do que a simetria existente.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho, foi possível analisar que tudo o que está construído em torno da Segurança Interna e particularmente externa, influencia decisivamente o grau de políticas existentes de um país, e neste caso em específico, o dos Estados Unidos. Foi examinado, sobretudo, que especialmente o acontecimento de 11 de setembro de 2001 moldou a formação de novas medidas para manutenção da agenda internacional no âmbito doméstico, que desencadeou e reestruturou a agenda de segurança internacional. E, inclusive, o evento acabou por reestruturar as políticas de outros países em sua “Guerra ao Terror”, ao decidir que os Estados Unidos pudessem e deveriam intervir nos Estados em que houvessem ameaças para a Paz e estabilidade no cenário internacional, reafirmar que o país era o “escolhido” para levar a democracia aos países, disseminando assim, células terroristas e governabilidades que pusessem fim à democracia.

É possível analisar, também, como a ideologia neoconservadora molda a política dos Estados Unidos, tanto no âmbito doméstico quanto no cenário internacional. É perceptível a posição em que o país se coloca sobre os outros e como os Presidentes mantêm a postura de superioridade, pois mesmo ao mudar de partido na Casa Branca, o discurso permanece o mesmo, como foi possível analisar através da análise fatorial. A política adotada pelo governo Bush foi de viés militarista, endossando a ideologia do neoconservadorismo, englobando numa mudança de política doméstica após o 11 de setembro, reestruturando a agenda de segurança internacional.

Enquanto que a política de Obama molda em seu discurso no tempo de eleição é diferente na prática, de quando já ocupa o cargo de 44º Presidente dos EUA. Obama destaca a transparência e sua preocupação com o social, enquanto acabar com as guerras e diminuir as intervenções, enquanto na prática houve a preocupação com o social internamente no território, entretanto, é visto através de dados coletados na internet que o Presidente teve uma política de continuidade do neoconservadorismo de Bush, intervindo nos Estados, especialmente do Oriente Médio, em prol de uma paz mundial.

Desse modo, é possível concluir no trabalho apresentado que nos Estados Unidos é enraizado uma política neoconservadora na Casa Branca que mesmo que a liderança no país mude de partido, é apenas possível seguir a linha neoconservadora por ser bastante forte no cenário de seu Senado e apoiadores. Por mais que na teoria um político obtenha o discurso de mudanças, na prática acaba se tornando algo mais complexo quebrar uma ruptura de governo,

especialmente em país com uma cultura baseada em princípios tradicionais, como na segurança do país, tão consolidada e forte.

Essa política neoconservadora acaba por prover uma postura irreduzível militarista, e de superioridade, permanecendo como hegemonia mundial, reforçando seu lado unilateral para isso e apostando em prover sua Segurança nacional de forma que ultrapasse qualquer limite para que não sejam vulneráveis e que possam, dessa forma, continuar ilesos e líder acima dos outros Estados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYERBE, Luis Fernando. **De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina.** 2009. Brasil, Editora Unesp. São Paulo.

BACEVICH, Andrew J. *The New American Militarism: How Americans are Seduced by War.* Oxford University Press, 2005.

BARBOSA, Antônio Rubens. **Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil.** Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 45 no.1. Brasília Jan/Jun. 2002. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S00343292002000100003&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S00343292002000100003&script=sci_arttext&tlng=pt) > Acesso em: 28 set 2018.

BERTONHA, João Paulo. *Hard, Soft ou Smart Power?* Perspectivas para a nova política externa dos Estados Unidos. 2009. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasil, 2009. Meridiano 47, n 104.

BUZAN, Barry. **Peace, power, and security: contending concepts in the study of International Relations.** *Journal of Peace Research*, v. 21, n. 2. Jun. 1984.

BLOCH, Avital H. **O neoconservadorismo nos Estados Unidos: Uma história concisa.** Universidade Nacional Autônoma do México, Coordenação de Humanidades, Centro de Investigações sobre América do Norte. 1997.

CAMARGO, Brigido Vizeu. JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ.** 2013. Disponível em: < <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais> > Acesso em: 01/nov/2018.

CARDOSO, Elio. **Tribunal Penal Internacional: Conceitos, realidades, e Implicações para o Brasil.** Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: FUNAG, 2012.

CEPIK, Marco A.C. (2014) **A securitização do ciberespaço e o terrorismo: uma abordagem crítica.** In: ANDRÉ DE MELLO e Souza; NASSER, R. M.; MORAES, R. F. (2014) [orgs.]. **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror: reflexões sobre o terrorismo no século.** 1. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Ipea, 2014, pp.. 161- 186)

CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia.** 2003. Editora FGV. Rio de Janeiro.

CEPIK, Marco. **Inteligência e Políticas Públicas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação.** *Security and Defense Studies Review*, vol. 2. Winter, 2002.

CORREIA, Pedro de Pezarat. **Revolução nos assuntos militares: perversões estratégicas.** 2014. 2 f. Janus (Relações Internacionais)- Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal, 2014.

Disponível em: [http://janusonline.pt/images/anuario2014/3.2\\_PedroPCorreia\\_PerversoesEstrategicas.pdf](http://janusonline.pt/images/anuario2014/3.2_PedroPCorreia_PerversoesEstrategicas.pdf). Acesso em: 04 out. 2018.

DAMIN, Cláudio Júnio. **Segurança nacional e liberdades civis nos Estados Unidos: Obama e a opção pela segurança.** 2013. Boletim Meridiano 47, vol. 14, n. 139.

DAMIN, Cláudio Júnio. **O neoconservadorismo segundo os neoconservadores norte-americanos.** 2016. OIKOS Vol. 15, nº 1. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/414/231> > Acesso em: 27/out/2018.

*Department of State; Coordination for Reconstruction and Stabilization. Interagency Conflict Assessment Framework.* Washington: Coordinator for Reconstruction and Stabilization, 2009a.

*Department of State. Country Reports on Terrorism 2007.* Washington, 2008. Disponível em: <http://goo.gl/zvk5xi>. Acesso em: 01 set. 2018

*Department of Homeland Security. National Strategy of Homeland Security.* Washington: Homeland Security Council, 2007b. Acesso em: 30 ago. 2018.

DONELES, Vanderlei. **A nação eleita:** a ideologia do messianismo americano como um sistema da cultura. 2007. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Escola de Comunicação e Artes – USP.

*Department of Defense. Antiterrorism Program, Doc. #2000.12* (Certified Current as of December, 13, 2007). Washington, 2007a.

DUARTE, Érico Esteves. **Impactos de novas tecnologias em política de defesa:** Lições e limites do modelo norte-americano. 2011. Brasil. Boletim de Economia e Política Internacional, n.08.

EUBANK W. e WEINBERG L. *Terrorism and Democracy: Perpetrators and Victims.* 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09546550109609674> > Acesso em: 14 set. 2018.

FERNANDES, Antonio Horta. **A anarquia internacional:** Crítica de um mito realista. 2012. 22 f. Departamento de Estudos Políticos da FCSH – UNL. Estrategista. (Relações Internacionais)- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2012. n. 36. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992012000400007](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000400007). Acesso em: 01 nov. 2018.

FEITEIRA, Alice. REIS, Américo Zuzarte. TELO, António José. DIAS, Carlos Mendes. GARCIA, Francisco Proença. SIVA, Jaime Ferreira. PEREIRA, João Serra. BORGES, João

Vieira. SANTOS, José Loureiro. PIRES, Nuno Lemos. NUNES, Paulo Viegas. RODRIGUES, Teresa Ferreira. **Ameaças e Riscos Transnacionais no novo Mundo Global**. 2016. Fronteira do caos Editores LDA. Porto. 1ª edição.

FINGUERUT, Ariel. **A influência do pensamento neoconservador na política externa de George W. Bush**. 2008. 150 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/98996>>.

FISA. **Foreign Intelligence Surveillance Act of 1978**. 1978. Disponível em: <<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/STATUTE-92/pdf/STATUTE-92-Pg1783.pdf>>. Acesso em: 04/nov/2018.  
FIORI, José Luís. **O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites**. In: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO, 2001. **Ativismo de Bush é obra neoconservadora**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0405200310.htm>> Acesso em: 26 out. 2018.

GONÇALVES, Francisco Tonial. **Combate ao terrorismo após 11/09: uma análise comparativa dos governos Bush e Obama**. 2015. Brasil, Universidade de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/994/1/Francisco.pdf>> Acesso em: 20 set. 2018.

GPO – UNITED STATES GOVERNMENT PRINT OFFICE. **United States Code: about**. Washington, 2009b. Disponível em: <<http://www.gpoaccess.gov/USCODE/about.html>>. Acesso em: 01 set. 2018.

HALL, Peter A., TAYLOR, Rosemary C. R. **As três versões do Neo-institucionalismo**. Lua nova, nº. 58, 2003.

HARDING, Luke. **Os arquivos Snowden: a história secreta do homem mais procurado do mundo**. Tradução de Alice Klesck, Bruno Correia. Rio de Janeiro: *LeYa*, 2014.

HERMAN, Michael. **Intelligence Power in Peace and War**. Cambridge: *Cambridge University Press*, 1996.

HOBSBAWN, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. 2007. São Paulo: Cia. Das Letras.

HURREL, Andrew. **Pax Americana ou o império da insegurança?** 2005. *Rev. Bras. Política Internacional*, 48. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a02v48n2.pdf>> Acesso em: 29 set. 2018.

JACKSON, R. **The politics of fear: writing the terrorist threat in the war on terror**. In: KASSIMERIS, G. (Ed.). **Playing politics with terrorism: a user's guide**. New York: Columbia University Press, 2007.

JESUS, Diego Santos Vieira. **Poder inteligente e acomodação: Os EUA durante o Governo Obama.** 2014. Brasil. Conjuntura Internacional, PUC Minas, v.11, n.01.

JUNIOR, Alberto Montoya Correia Palacios. **As teorias das guerras preventivas nas relações internacionais.** 2009. Programa San Tiago Dantas (UNESP, Unicamp e PUC-SP). Disponível em:

< [http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/novo/dissertacoes-etes/item/download/58\\_71ede42127d8dcb9e86dccacd12fe595.html](http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/novo/dissertacoes-etes/item/download/58_71ede42127d8dcb9e86dccacd12fe595.html) > Acesso em: 07 set. 2018.

JÚNIOR, Francisco Hélio Monteiro. **Imprensa e Soberania em tempos de guerra e espionagem.** 2013. Brasil, Encontro de pesquisa e Extensão. Disponível em: < [http://www.faculdade.flucianofeijao.com.br/site\\_novo/anais/servico/2013/Dir/Imprensa.pdf](http://www.faculdade.flucianofeijao.com.br/site_novo/anais/servico/2013/Dir/Imprensa.pdf) > Acesso em: 24 out. 2018.

JUNIOR, Hermes Moreira. **Os Estados Unidos e a manutenção da ordem internacional: A guerra contra o terrorismo como elemento ordenador.** 2010. 29 f. Revista eletrônica de Ciência Política (Relações Internacionais)- Faculdade Anglo-Americano de Foz do Iguaçu., Brasil, 2010. v.1 n.2.

JÚNIOR, Hermes Moreira. **O governo de George W. Bush e sua guerra contra o terror: nova orientação tática à estratégia norte-americana.** 2011. 168 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/11449/98121> >. Acesso em: 03/nov/2018.

KAGAN, Robert. **Neocon Nation: Neoconservatism,** c. 1776. World Affairs journal, 2008. Disponível em: < <http://www.worldaffairsjournal.org/article/neocon-nation-neoconservatism-c-1776> > Acesso em: 22 set. 2018.

KERWICK, Jack. **Conservatism vs. Neoconservatism: A Philosophical Analysis.** 2015. Burlington County College, Department of Philosophy. *Eletronic journal for Philosophy*, vol. 22 n.01. Disponível em: < [https://nb.vse.cz/kfil/elogos/ethics/22\\_02\\_kerwick.pdf](https://nb.vse.cz/kfil/elogos/ethics/22_02_kerwick.pdf) > Acesso em: 28 out. 2018.

KIORSAK, Valentin V. **Cooperação /Interação dos Serviços de Inteligência: perspectivas e limitações.** 2006. Revista Brasileira de Inteligência. Brasília: Abin, v.2, n.3.

KRISTOL, Irving. **A persuasão neoconservadora.** 2003. The Weekly Standard. Disponível em: < <https://www.weeklystandard.com/irving-kristol/the-neoconservative-persuasion>> Acesso em: 02 set. 2018.

KRISTOL, Irving. **Reflections of a neoconservative.** V.03. São Paulo: 1983.

KRISTOL, William e KAGAN, Robert. **Rumo a uma política externa neo-reaganitária.** 1996. *Foreign Affairs*. Disponível em: < <https://www.foreignaffairs.com/articles/1996-07-01/toward-neo-reaganite-foreign-policy> > Acesso em: 27 out. 2018.

LAPSKY, Igor. **11-09-2001: Um debate sobre terrorismo e política norte-americana.** 2015. *Brasil, Rev. bras. polít. int.* vol.45 no.1 Brasília Jan./Jun. 2002.

LEITE, Lucas Amaral Batista. **Dos neocons ao tea party: conservadorismo norte-americano comparado.** 2011. 3º Encontro Nacional ABRI. Disponível em: < [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000300009&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000300009&script=sci_arttext&tlng=pt) > Acesso em: 28 out. 2018.

LENS, Sidney. **A fabricação do império americano.** 2003. Editora Civilização Brasileira. Brasil, Rio de Janeiro.

LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2012. **Guerra preventiva, um conceito perigoso.** Disponível em: < <https://diplomatie.org.br/guerra-preventiva-um-conceito-perigoso/> > Acesso em: 28 out. 2018.

LOURENÇÃO, Humberto José. CORDEIRO, Luís Eduardo. **Análise do emprego da força militar pelos EUA no período pós-guerra fria à luz dos conceitos de guerras pós-modernas.** 2014. Disponível em: < [http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1467157620\\_ARQUIVO\\_Art-Guerra-Celles-Louren-V3.pdf](http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1467157620_ARQUIVO_Art-Guerra-Celles-Louren-V3.pdf) > Acesso em: 02/nov/2018.

MAIER, Friedrich. **A Revolução da informação e o poder cibernético: Um mapeamento conceitual na obra de Joseph S. Nye Jr.** 2014. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

MARTINS, Alexandre de Oliveira. **Espionagem e soberania nacional: Dilemas de Segurança e Defesa no caso Brasil X EUA (2013).** 2014. Brasil, Foz do Iguaçu.

MAUAD, João Luiz. **Sobre o neoconservadorismo.** 2013. Disponível em: < <https://www.institutoliberal.org.br/blog/sobre-o-neoconservadorismo/> > Acesso em: 26 set. 2018.

MCGLINCHEY, Stephen. **Neoconservatism and American Foreign Policy.** 2009. Estados Unidos. Disponível em: < <https://www.e-ir.info/2009/06/01/neo-conservatism-and-american-foreign-policy/> > Acesso em: 27/out/2018.

MIGUEL, Nuno Gonçalo. **“Sistema de Sistemas”:** o Triunfo da Tecnologia?. 2009. Oficial da Força Aérea Portuguesa. Mestrando em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Católica Portuguesa. Primavera. N.º 122 - 4.ª Série.

MOHAMEDI, FAREED e ALKADIRI, Raad. *Washington Makes Its Case for War, Middle East Report*, 2002. Estados Unidos, n. 224.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as nações**. 1948.

NYE, Joseph. *The Rise and Fall of Great Powers: War and Peace in the 20th Century and Beyond*. Londres: Mundo científico, 2002.

NYE, Joseph S. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. 2004. Disponível em: < [https://www.belfercenter.org/sites/default/files/legacy/files/joe\\_nye\\_wielding\\_soft\\_power.pdf](https://www.belfercenter.org/sites/default/files/legacy/files/joe_nye_wielding_soft_power.pdf) > Acesso em: 28 out. 2018.

OLIVEIRA, Caio Augusto Guimarães de. **Das ameaças securitizadas: o caso da Wikileaks**. 2016. Santana do Livramento: Unipampa. Brasil, São Paulo.

ORTUNES, Leandro. **Religião e o discurso político neoconservador nos Estados Unidos**. Revista espaço acadêmico, nº 141. 2013. Disponível em: < <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/18976/10405> > Acesso em: 27 out. 2018.

PANSARDI, Marcos Vinícius. **O pensamento conservador norte-americano na educação: de Russel Kirk a Milton Friedman**. 2009. Universidade Tuiuti do Paraná. Disponível em: < [http://universidadetuiuti.utp.br/Cadernos\\_de\\_Pesquisa/pdfs/cad\\_pesq7/18\\_o\\_pensamento\\_cp7.pdf](http://universidadetuiuti.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq7/18_o_pensamento_cp7.pdf) > Acesso em: 27 out. 2018.

PIMENTEL, T. D. **O novo imperialismo**. David Harvey (2004). Revista de Administração Contemporânea, v. 10, n. 2, p. 231-231, 2006.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. **Neoconservadorismo e Direita religiosa nos Estados Unidos: Formação ideológica, “Guerra cultural” e política externa**. Espaço Plural, ano XV. Nº 31. 2014. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/4459/445944240004/> > Acesso em: 02 set. 2018.

RAMALHO, José Luís Pinto. **A evolução tecnológica dos sistemas de armas**. 1998. Suplemento Especial Forças Armadas Portuguesas. Brasil, Instituto de altos estudos militares curso de Estado Maior. Disponível em: < <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11948/1/MAJ%20Santos%20Rodrigues.pdf> > Acesso em: 22 out 2018.

REIS, Bruno Cardoso. **O poder e as relações internacionais: Entrevista com Joseph Nye**. Relações Internacionais, Lisboa, n. 31, set. 2011. Disponível em: < [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992011000300015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000300015&lng=pt&nrm=iso) >. Acesso em: 02/nov/2018.



REMICK, David. *Decline and Fall*. *The New Yorker*, 2011. Disponível em: < <https://www.newyorker.com/magazine/2011/11/14/decline-and-fall-david-remnick> > Acesso em: 11 set. 2018.

RODRIGUES, José Augusto dos Santos. **Sistema C41 logístico em combate e tempo de paz**. 1999-2001. Trabalho individual de longa duração. Brasil, Instituto de altos estudos militares curso de Estado Maior. Disponível em: < <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11948/1/MAJ%20Santos%20Rodrigues.pdf> > Acesso em: 22 out 2018

RUDZIT, Gunther. **O debate teórico em segurança internacional: Mudanças frente ao terrorismo?** Civitas, Porto Alegre, vol. 5, nº 2, jun/dez 2005.

SANTOS, Emanuella. PAIVA, Claudio Cardoso. **Vigilância e seu sentido de In/Segurança: a ressignificação das novas formas de controle e os riscos para a autonomia e a privacidade na rede**. 2015. Foz do Iguaçu, Brasil. IV Colóquio Semiótica das Mídias.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Exportação de democracia na política externa norte-americana no pós-Guerra-Fria: doutrinas e o uso da força**. 2010. 24 f. Rev. Bras. Polít. Int.53 (Relações Internacionais)- Universidade de Brasília, Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/358/35815326009/>>. Acesso em: 31 out. 2018.

SARAIVA, Maria Francisca. **Tecnologia e governança Internacional: o papel da dissimetria tecnológica no desempenho estratégico dos EUA no período pós-bipolar**. 2014. 21 f. II Congresso Internacional do Observare (Relações Internacionais)- Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3342/1/francisca\\_saraiva.pdf](http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3342/1/francisca_saraiva.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2018.

SEABRA, Rafael Heynemann. **Obama x McCain: os caminhos da política externa norte-americana**. 2008. Carta Internacional. v. 3, n. 2. Disponível em: < <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/435/194> > Acesso em: 26 out. 2018.

SEVERO, Júlio. **O que é neoconservadorismo (neocon)?** 2008. Gospel Prime. Disponível em: < <https://artigos.gospelprime.com.br/o-que-e-neoconservadorismo-neocon/> > Acesso em: 23 set. 2018.

SILVA, Nuno. **O desenvolvimento de capacidades de ciberdefesa**. 2012. Brasil, IESM.

SOLLER, Diana. **O Relatório Albright e a grande estratégia Obama um caso de convergência**. Relações Internacionais, Lisboa, n. 27, p. 09-21, set. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992010000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000300002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 30 out. 2018.

TANNO, Grace. **A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de Segurança Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 25, nº 1, jan/jun, 2003.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo. **Breve histórico do Pensamento neoconservador em Política Externa nos Estados Unidos**. 2007. Brasil, 1º Encontro Nacional da ABRI Política Externa. Disponível em: <  
[http://www.abri.org.br/anais/1\\_Encontro\\_Nacional\\_ABRI/Politica\\_Externa/PE4\\_Carlos\\_Gustavo\\_Poggio.pdf](http://www.abri.org.br/anais/1_Encontro_Nacional_ABRI/Politica_Externa/PE4_Carlos_Gustavo_Poggio.pdf)> Acesso em: 20 set. 2018.

TOMÉ, Luís. **A dissimetria dos EUA e a Guerra Assimétrica**. 2005. 21 f. II Congresso Internacional do Observare (Relações Internacionais)- Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal, 2005. Disponível em: <  
[https://www.janusonline.pt/arquivo/2005/2005\\_4\\_1\\_5.html](https://www.janusonline.pt/arquivo/2005/2005_4_1_5.html)>. Acesso em: 02 ago. 2018.

UNITED STATES. *White House. The National Security Strategy of the United States of America* 2006. Washington, 2008. Disponível em: <  
<http://goo.gl/M9ykMW>>. Acesso em: 01 set. 2018.

UNITED STATES. *White House. The national security strategy of the United States of America 2002*. Washington, Sept. 2002. Disponível em: <  
<http://goo.gl/D3G9Xy>>. Acesso: 01 set. 2018.

United States Department of Defense. **DOD Dictionary of Military and Associated Terms**. Disponível em: <  
<http://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/dictionary.pdf?ver=2018-05-02-174746-340>> Acesso em: 02/nov/2018.

VICENTE, João. **A (R)Evolução do Pensamento Estratégico**. 2006. *Air and Space Power Journal*. Disponível em: <  
[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1062/1/Vicente\\_Pensamento%20Estrategico.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1062/1/Vicente_Pensamento%20Estrategico.pdf)> Acesso em: 22 out. 2018.

VIOTTI, Paul R.; MURRAY, Douglas J. **The Defense Policies of Nations: A comparative study**. 1994. 24 f. National Security studies (Relações Internacionais)- The Johns Hopkins University Press, Londres, 1994. 3º.

WAISBERG, Tatiana. **Obama e Política Exterior: Novas Perspectivas para a Guerra contra o Terrorismo**. Meridiano 47 n. 100, nov. 2008.

*White House. National Strategy for Combating Terrorism 2003*. Washington, 2003. Disponível em: <  
<http://goo.gl/LrS4fd>>. Acesso em: 01 set. 2018.

*White House. National Strategy for Combating Terrorism 2006*. Washington, Sept. 2006. Disponível em: <  
<http://goo.gl/VwDx3P>>. Acesso em: 01 set. 2018.

*White House. The National Security Strategy of the United States of America 2010.* Washington, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/PY5L6R>>. Acesso em: 01 set. 2018.

*White House. The National Security Strategy of The United States of America 2006.* Washington, 2006. Disponível em: <<https://www.state.gov/documents/organization/64884.pdf>> Acesso em: 28 set. 2018.